

# Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalista da barbárie

Paulo Alves de Lima Filho<sup>1</sup>  
Adilson Marques Gennari<sup>2</sup>  
Fábio Antonio de Campos<sup>3</sup>

## Resumo

Este ensaio tem por objetivo pontuar alguns aspectos centrais não só para o necessário debate das questões relativas aos complexos processos de revolução e contrarrevolução no capitalismo contemporâneo, mas também para a necessária tomada de posição e ação política. Nossa reflexão passa pela dialética histórica do mundo capitalista em crise estrutural até chegar com especial atenção na particularidade brasileira. Neste sentido, o imperialismo, a contrarrevolução e todos as suas consequências ganham dimensão especial, sendo, portanto, também objeto de nossa reflexão na medida em que tanto os processos econômicos de subordinação histórica estrutural, quanto os processos ideológicos, adaptados ou elaborados na particularidade brasileira, são fenômenos determinantes do processo de acumulação de capital, da revolução e da contrarrevolução no Brasil. Também destacamos no artigo os limites das revoluções socialistas, que no processo, foram abandonando o preceito radical da revolução comunista defendido por Marx e Engels, para serem incorporadas pelo capital. Para coroar nossa reflexão, tecemos, à guisa de considerações finais, uma análise sobre os dilemas das contradições políticas e sociais no bojo do processo da contrarrevolução e as tarefas dos revolucionários nos dias que correm.

**Palavras-chaves:** revolução; contrarrevolução; imperialismo; socialismo; comunismo; Brasil.

---

<sup>1</sup> Professor aposentado da FATEC e coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | [palf1951@gmail.com](mailto:palf1951@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor aposentado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | [gennariadilson@gmail.com](mailto:gennariadilson@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | [fcampos@unicamp.br](mailto:fcampos@unicamp.br)



## Resumen

Este ensayo pretende señalar algunos aspectos centrales para el necesario debate sobre temas relacionados con los complejos procesos de revolución y contrarrevolución, en el capitalismo contemporáneo, y para la necesaria toma de posición y acción política. Nuestra reflexión pasa por la dialéctica histórica del mundo capitalista en crisis estructural hasta llegar con especial atención a la particularidad brasileña. En este sentido, el imperialismo, la contrarrevolución y todas sus consecuencias adquieren una dimensión especial. Son objeto de nuestra reflexión en la medida en que tanto los procesos económicos de subordinación histórica estructural como los procesos ideológicos, adaptados o elaborados en la particularidad brasileña, son fenómenos determinantes en el proceso de acumulación de capital, revolución y contrarrevolución en Brasil. También destacamos en el trabajo los límites de las revoluciones socialistas, que en el proceso, fueron abandonando el precepto radical de la revolución comunista defendida por Marx y Engels, para ser incorporadas por el capital. Para completar nuestra reflexión, tejemos, a modo de consideraciones finales, un análisis sobre los dilemas de las contradicciones políticas y sociales en el seno del proceso de contrarrevolución y las tareas de los revolucionarios en estos días.

**Palabras clave:** revolución; contrarrevolución; imperialismo; socialismo; comunismo; Brasil.

## Abstract

This essay aims to point out some central aspects for the necessary debate on issues related to the complex processes of revolution and counterrevolution in contemporary capitalism and for the necessary taking of a position and political action. Our reflection goes through the historical dialectic of the capitalist world in structural crisis until arriving with special attention to the Brazilian particularity. In this sense, imperialism, counterrevolution, and all its consequences gain a special dimension. They are the objects of our reflection insofar as both the economic processes of structural historical subordination and the ideological processes, adapted or elaborated in the Brazilian particularity, are determinant phenomena in the process of capital accumulation, revolution, and counter-revolution in Brazil. We also highlighted in the paper the limits of socialist revolutions, which in the process, were abandoning the radical precept of the communist revolution defended by Marx and Engels, to be incorporated by capital. To complete our reflection, we weave, by way of final considerations, an analysis on the dilemmas of political and social contradictions in the heart of the counterrevolution process and the tasks of revolutionaries these days.

**Keywords:** revolution; counterrevolution; imperialism; socialism; communism; Brazil.



## Introdução

Como um fenômeno contra a opressão de classe que se dá por formas de dominação pretéritas e, ao mesmo tempo, a construção de um horizonte que possa arregimentar no futuro uma radical transformação no modo de vida<sup>4</sup>, a revolução moderna foi uma invenção de inspiração burguesa. Nesse sentido, as revoluções holandesa, inglesa, estadunidense e francesa seriam marcos de promessas de liberdade democrática e de fundação de novos modelos políticos de dominação de classe, surgidos na transição do feudalismo para o capitalismo<sup>5</sup>. Diferente de meras insurreições que podem até tomar por golpe o poder e depois instaurar o terror, a revolução se constitui como um processo transformador que altera a estrutura de uma determinada sociedade em sua totalidade, imprimindo ou reafirmando uma nova dinâmica<sup>6</sup>. Um processo revolucionário, entretanto, quase sempre desencadeia a contrarrevolução, em que aqueles que no presente lutam pelo futuro, na forma de uma utopia ou de uma crescente expectativa, têm que vencer os que querem dilatar o passado de forma reativa, conservadora<sup>7</sup>.

Desse modo, as revoluções têm andado junto com as contrarrevoluções. Dentro do panorama europeu em que se originou o modo de produção capitalista (Anderson, 1985; Wallerstein, 1974) e dele pariu revoluções e contrarrevoluções, o absolutismo conservou a um só tempo o poder nas mãos da nobreza e a mercantilização da sociedade pela

---

<sup>4</sup> Entendida a partir de um modo que condiciona as múltiplas determinações da existência social, a revolução tem no materialismo histórico uma fundamentação originalmente desenvolvida por Marx e Engels (1999; 2007; 2011).

<sup>5</sup> Sobre o debate da transição do feudalismo para o capitalismo ver Dobb (1983) e Hilton (1977).

<sup>6</sup> Prado Jr. é preciso neste ponto: “‘revolução’ significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (1987, p.11).

<sup>7</sup> O duelo entre utopia e ideologia no contexto das revoltas camponesas do limiar da Idade Moderna pode ser conferido em Mannheim (1972). A revolução entendida como um distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” está em Koselleck (2006). A resistência do passado diante do futuro que se impõe também pode ser vista em Anderson (1985), quando mostra o Estado absolutista como uma resposta para manter o poder nobre diante da crise feudal.



consolidação da classe burguesa. Havia, no entanto, um limite para essa distensão política continuar atendendo os interesses mercantis e sancionando a própria reprodução política das monarquias, legitimada pela nobreza que estava, em muitos casos, incorporada nos Estados recém-criados. Quando se atinge tal limite, em diferentes períodos históricos, nas mais diversas localidades europeias, abrem-se antagonismos que só poderiam ser resolvidos por específicos processos revolucionários.

No contexto vitorioso das “revoluções burguesas radicais” (Lima Filho, 2018), vários segmentos mais libertários, que até pretendiam levar a concepção de democracia para além de interesses mercantis e da propriedade privada, foram amputados na origem. Seria o caso revolucionário inglês do século XVII, por exemplo, onde embora houvesse um cipoal de relações cruzadas que indicavam a interpenetração de elementos burgueses em uma nobreza mercantilizada – difícil, portanto, de classificar como uma revolução de classe pura, a ideologia burguesa se mostrou progressista para ampliar o alcance dos interesses capitalistas, a fortalecer o Estado, com ou sem Rei. Quando tal progressismo concluiu a tarefa política de ampliar o espaço estatal para garantir os negócios capitalistas, habilmente, se converteu em força contrarrevolucionária bloqueando elementos democráticos que poderiam ir além desses interesses, até mesmo colocando em xeque a propriedade privada com a luta dos *diggers* e *levellers* (Hill, 1981; 1987).

Da mesma forma que a Revolução Francesa no final do século XVIII foi um processo necessário para enterrar o antigo regime feudal, igualmente se transformou em algo perigoso para a própria burguesia, visto que sua arma de luta e unificação nacional fugiu ao seu controle com a ascensão dos jacobinos no poder. A farsa liberal-democratizante das causas burguesas caiu por terra quando a fase termidoriana mostrou quem de fato deveria deter o poder, de modo a impor a contrarrevolução como força neutralizadora das reivindicações de massa, que, obviamente estavam mais além da classe burguesa. Tais pressões vindas de baixo, poderiam deslocar, ademais, o processo revolucionário para o comunismo, como a experiência pós-jacobina de Babeuf mostrou em 1796. A lição também se revelou pela impossibilidade da junção entre capitalismo e democracia, mesmo no auge de seu progressismo radical, pois só faria sentido formalmente, manipulando a representatividade política, ou no limite aplicando o próprio terror por meio de golpes e ditadura, como de fato ocorreu com a ascensão de Napoleão Bonaparte no 18 brumário em 1799. Em síntese, a democracia



substantiva só seria possível para além do capital (Marx, 2012b; Hobsbawm, 1977; Florenzano, 1981; Soboul, 1974; Lima Filho, 2018).

Com a maturação da Revolução Industrial, e a ascensão da burguesia como classe dominante no século XIX, encerrou-se um ciclo revolucionário burguês movido por ideais democráticos e progressistas, dando lugar a revoluções burguesas tardias de caráter conservador como nos casos alemão e japonês, cujo modelo ditatorial já tinha sido iniciado por Portugal e Espanha (Lima Filho, 2018). Dinamizados pela industrialização pesada que rompia a complementariedade com o capitalismo inglês, e, determinando a Segunda Revolução Industrial, por meio da centralização estatal e de padrões financeiros e tecnológicos autônomos, os desenvolvimentos da Alemanha e do Japão, ao lado da liderança estadunidense, provocaram uma intensa concorrência capitalista que deu origem ao imperialismo. À medida que se unificavam nacionalmente as classes dominantes internas destes países, e cooptavam as dominadas, em plataformas bélico-nacionalistas que se chocavam umas com as outras, a saga internacionalizante de conquista do capital financeiro era a mesma que recolonizava de modo formal o mundo periférico como na Ásia e na África, e informalmente a América Latina (Hilferding, 1983; Bukharin, 1988; Lenin, 1979).

No vasto espaço neocolonial criado para a reprodução ampliada do capital, impôs-se pelo dinheiro, armas e sangue novos mercados para exportação de produtos manufaturados e de capital, importando alimentos e matérias-primas para rebaixar os custos de reprodução dos capitais constante e variável, e, sobretudo, do ponto de vista político, transferindo as contradições internas da relação capital e trabalho para as franjas do sistema, em uma continuidade com o período escravista-colonial (Hilferding, 1983; Luxemburg, 1985). Essa etapa do capitalismo que elevava a concentração e a centralização do capital a um estágio superior (Marx, 2013; 2017; Lenin, 1979), da mesma forma explicitava o último nível de decadência ideológica burguesa, em que o irracionalismo na filosofia fez seu curso, e a economia política se converteu em “ciências econômicas”, se divorciando dos conflitos históricos para tornar-se formal, matematizante, e, essencialmente, subjetivista com os marginalistas e neoclássicos (Lukács 1968; 2020; Netto, 1998; Oliveira; Gennari, 2009).

A decadência da razão burguesa também foi contemporânea da autonomização da classe trabalhadora na luta social, passando a empunhar bandeiras revolucionárias contra o capital e a favor do comunismo. Na “Primavera dos Povos” em 1848, a luta dos trabalhadores ainda se via



embaraçada pelas pautas burguesas radicais, principalmente em capitalismo tardio como aquele vigente no espaço germânico, nucleado pela Prússia. Aqui já se demarcavam os limites revolucionários e democráticos burgueses em meio à repressão que varreu a Europa neste momento<sup>8</sup>. A contrarrevolução e o Golpe de Luís Bonaparte III não seriam eventos históricos circunscritos a este marco em si, mas o início de uma padronização contrarrevolucionária, cuja manifestação se deu com o fascismo e com o pós-fascismo no século XX (Marcuse, 2011). Todavia, o futuro do mesmo modo reservaria lutas revolucionárias aos trabalhadores, cada vez mais independentes dos ideais burgueses e identificadas com uma postura anticapitalista<sup>9</sup>. Tanto a breve Comuna de Paris de 1871, quanto as revoluções do século XX, tais como a Russa em 1917, a Chinesa em 1949 e Cubana em 1959, dentre outras, recolocavam este ideal, apesar de nenhuma delas conseguir forjar uma transição verdadeiramente anticapital, livre do Estado e na essência comunista como defendeu Marx, reféns do eterno “socialismo de transição” (Marx, 2008; 2012b; Mészáros, 2002; Lima Filho, 2018).

Desse modo, o desfecho tardio, no século XX de revoluções nacionalistas, em espaços periféricos, já trazia em sua marca um enfrentamento ao imperialismo, forma histórica do capital financeiro.

---

<sup>8</sup> Marx sintetizou este momento da seguinte forma: “com exceção de uns poucos capítulos, todo trecho de maior importância dos anais da revolução de 1848 a 1849 traz por título: Derrota da revolução! O que sucumbiu nessas derrotas não foi a revolução. Foram os penduricalhos pré-revolucionários tradicionais, os resultados de relações sociais que ainda não haviam culminado em antagonismos agudos de classe – pessoas, ilusões, concepções, projetos, dos quais o partido revolucionário ainda não estivera livre antes da Revolução de Fevereiro e dos quais se livraria não pela vitória de fevereiro, mas unicamente por força de uma série de derrotas. Em suma: não foram suas conquistas tragicômicas imediatas que abriram caminho ao progresso revolucionário; muito pelo contrário, foi a geração de uma contrarrevolução coesa e poderosa, a geração de um adversário, e foi no combate a ele que o partido da revolta amadureceu, tornando-se um partido realmente revolucionário” (2012a, p.28).

<sup>9</sup> Marx foi categórico nessa profecia: “não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo. Naquelas, a fraseologia superou o conteúdo, nesta, o conteúdo supera a fraseologia” (2011, pp.28-9).



Corporificado na dinâmica do capital monopolista que moveria a conquista econômica de territórios, povos e culturas, o imperialismo promoveria duas guerras mundiais, intermediadas pela maior crise já ocorrida até então do capitalismo - o *Crash* de 1929. Nessa "era de catástrofe" (Hobsbawm, 1998), em que a barbárie colocou trabalhadores contra trabalhadores a serviço do capital financeiro internacional, foi que se plantaram as sementes das lutas de descolonização, de revoluções nacionalistas e socialistas, como na América Latina. Tais contestações, ou mesmo a vaga ameaça delas, também reciclaram contrarrevoluções já testadas, em modalidades inéditas, como seria o caso das preventivas e de caráter permanente<sup>10</sup>. O caso brasileiro de revolução e contrarrevolução, a partir dos anos 1930 até os dias atuais, se insere neste quadrante histórico, como este artigo deseja mostrar adiante.

## 1. Imperialismo, revolução brasileira e limiar da contrarrevolução

### 1.1. Revolução

O espectro mundial da guerra, crise e revolução, permitiu a algumas economias subdesenvolvidas, como o Brasil na América Latina, mudarem de qualidade na sua formação econômica. Por conta da industrialização, do início da construção de uma sociedade do trabalho e da constituição de um Estado voltado para a questão nacional, temos um novo marco histórico que permitiu nascer a ideologia do desenvolvimento nacional. Segundo Nelson Werneck Sodré (1975), as transformações na formação econômica do Brasil, que se operaram a partir dos anos 1930, foram reflexos de uma crise imperialista que revelava na exata medida a sua barbárie. O tratamento da questão nacional em um país de origem colonial teria, assim, mais correspondência com a fratura da universalidade liberal burguesa realizada pela Revolução Russa de 1917<sup>11</sup>, do que com revoluções burguesas radicais como o caso inglês e francês, ou mesmo como as de via prussiana – conservadoras (Lima Filho, 2018). Igualmente, difere da radicalização da revolução estadunidense com a sua Guerra Civil<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> A atualização do conceito de contrarrevolução, inclusive na modalidade preventiva, pode ser encontrada em Mayer (1977), Marcuse (1973), Fernandes (2006), Grandin (2004; 2007), Arantes (2014) e Lima Filho (2018).

<sup>11</sup> Sobre este tema ver Campos (2019).

<sup>12</sup> Sodré desenvolveu tal proposição nos seguintes termos: "o desenvolvimento capitalista brasileiro é contemporâneo do declínio capitalista em escala mundial. Quando aquele atinge o nível em que define plenamente suas linhas, este atravessa a



No entanto, a questão nacional e a expectativa de uma revolução brasileira que pudesse fazer um acerto de contas com o passado, de modo a romper com as mazelas do subdesenvolvimento, superando a dependência externa e vertebrando um pensamento social crítico e democrático contra o “colonialismo cultural” (Furtado, 1974), se colocava como uma incógnita<sup>13</sup>. Trata-se na verdade da indagação de Prado Jr. (2000) de como seria possível a construção de uma civilização nacional, rompendo um passado colonial de origem ibérica lusitana, cujo eixo foi o “sentido da colonização”, que sempre nos manteve como a vanguarda da barbárie. Em outras palavras, como de um espaço colonial voltado para a especialização mercantil, e que deu origem a uma organização social sistemática de barbárie, na medida em que a escravidão constituiu, não apenas um meio para a produção agrícola voltada para o exterior, mas o cerne da sociabilidade brasileira, seria possível nascer uma nação? Prado Jr. (1987) também questionava quais os caminhos para superar esse passado, já que o país era portador de uma inovação colonial avançada para os objetivos da acumulação primitiva de capital, servindo, aliás, no futuro, de plataforma mercantil para o imperialismo se plasmar. Dessa junção do antigo modelo lusitano colonial com a moderna lógica imperialista de dominação neocolonial originou um capitalismo dependente *sui generis* no Brasil, se comparado com outras formações periféricas como foi o caso da Ásia, África, e até mesmo das Américas Hispânica e Anglo-saxônica.

Mesmo sem ter como sujeito histórico as classes populares, tampouco uma burguesia “nacional-democrática” e industrializante, a

---

sua fase de crise geral. Os surtos capitalistas atrasados, isto é, os que se processaram mais tarde, no tempo – o da Alemanha, o do Japão –, guardam com os que iniciaram mais cedo uma relação de concorrência, por vezes belicosa; os que avançaram na fase de declínio do regime em escala mundial guardam com os que se iniciaram cedo uma relação de dependência. As contradições, num e noutro caso, são de ordem diferente: as primeiras, como se constata pela história contemporânea, desembocam nas guerras; as últimas, nos movimentos de libertação nacional, em que, no entanto, o regime é posto em causa, na sua essência” (1975, p. 58). O aprofundamento da relação entre imperialismo e questão nacional em Sodré está em Vieira e Campos (2021).

<sup>13</sup> A autonomia relativa como uma experiência de construção do sistema econômico nacional que permitisse romper o *status* de economia dependente, seja da hegemonia britânica com a Primeira Revolução Industrial, seja do imperialismo na Segunda Revolução Industrial, pode ser compreendida a partir de List (1983), Hamilton (1934), Marx, Danielson e Engels (1981) e Sampaio Jr. (1999b; 2005).



Revolução de 1930, que inaugurava a chamada “Era Vargas”, significava o encontro de várias contradições que foram se represando no decorrer dos séculos, corporificadas na dinâmica da dependência externa, do subdesenvolvimento e do colonialismo cultural, que agora começavam a tornarem-se inconciliáveis, tecendo antagonismos crescentes<sup>14</sup>. Recorrentemente, tais contradições eram acomodadas à cada conjuntura histórica, porém, a partir dos anos 1930 se tornariam mais presentes e desafiadoras, à medida que o próprio desenvolvimento capitalista brasileiro se impunha e com ele se catalisavam transformações nas diferentes órbitas das relações sociais de produção.

Do ponto de vista da herança colonial, sucessivos ciclos mercantis carregados de enorme instabilidade social para vastas populações sertanejas errantes em sesmarias, depois por latifúndios, assim como os sobreviventes indígenas do holocausto da conquista ibérica e, principalmente, afrodescendentes aquilombados ou alforriados, demarcavam a presença do passado e a necessidade da construção do futuro para superar a segregação. As revoltas contra a ordem se colocavam desde as Santidades e Quilombos no século XVI em diante, passando por volumosas e impactantes lutas sertanejas tal como em Canudos, Contestado e com o Cangaço, entre o século XIX e o limiar do XX, que, em síntese, todas elas, evidenciavam a falta de acesso à terra no Brasil.

A classe trabalhadora urbana – parte já composta por imigrantes europeus – trazia em suas algibeiras a riqueza do internacionalismo na forma de anarquismo e de socialismo, o que permitiu nascer o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. A mobilização das greves que pararam São Paulo e Rio de Janeiro em 1917, assustando a classe dominante, era uma importante dimensão dessas contradições urbanas que brotavam nas entranhas do desenvolvimento capitalista brasileiro, junto das lutas sertanejas<sup>15</sup>. As pressões vindas de baixo também encontravam eco nos estamentos superiores da sociedade, como nos jovens modernistas da elite que reivindicavam um nacionalismo antropofágico com a Semana de 1922. Não era diferente a dissidência oligárquica que se indispunha contra a hegemonia de São Paulo na República Velha. Determinada pela

---

<sup>14</sup> Essa leitura das contradições que se convertiam em antagonismos abertos no século XX pode ser conferida em Furtado (1962), Sodré (1978; 1997), Prado Jr. (1985), Fernandes (2006) e Sampaio Jr. (1999a).

<sup>15</sup> Uma síntese deste contexto pode ser vista em Ianni (1994).



superprodução na oferta do produto mercantil em face de uma inelasticidade da demanda externa, sobretudo, estadunidense, a crise do café já vinha de antes da Crise de 1929 e tinha sua manifestação política numa crise de hegemonia.

Contudo, a vanguarda dessas crises que se condensaram na Revolução de 1930, colocando no centro do debate a questão nacional, foi ocupada pelos militares. A principal expressão disso foi o tenentismo que, além da Coluna Prestes, tinha correspondência histórica com a base social da baixa patente, popular, e em muitos casos composta por afrodescendentes. Isso vinha desde a Guerra do Paraguai se constituindo um dos elementos essenciais para se pensar, nessa quadra, o protagonismo do exército ao lado dos oficiais.<sup>16</sup>

De maneira keynesiana, com a famosa queima do produto, o Estado de Vargas continuou com a política econômica de defesa da economia cafeeira, sem ter, no início, um projeto industrializante (Furtado, 1975). Os elementos mais radicais da Aliança Liberal que fizeram a Revolução de 1930, como o tenentismo, foram sendo descartados no processo, sendo que o próprio líder tenentista Luiz Carlos Prestes se converteu ao comunismo, liderando o levante de 1935 contra o Governo Vargas. A despeito da vitória na “Guerra dos Paulistas” em 1932, o período Vargas, como lembrou Florestan Fernandes (2006), manteve uma composição oligárquica que foi se transmutando para uma ordem burguesa sem se antagonizar com o passado. Do ponto de vista das reformas estatais que criariam vários órgãos, institutos e comissões de planejamento, a tentativa foi de transferir os embates oligárquicos regionais para um aparelho de Estado corporativo positivista que pudesse pautar conflitos setorialmente, conforme a função econômica que cada fração de classe teria numa economia nacional, independentemente de sua raiz regional. Esta foi a essência do ensaio de planejamento econômico estatal desde a Era Vargas, até Kubitschek e Goulart, e mesmo depois do Golpe de 1964.

A centralização estatal sempre foi pautada, entretanto, por duas forças concorrentes maiores que ela: os interesses da burguesia brasileira e os do capital internacional, que nem sempre coincidiam com os de alguns setores burocráticos mais nacionalistas. Como mostrou Sodré (1997), a Era Vargas, mesmo no modelo ditatorial do Estado Novo, sempre conciliou com o imperialismo, e quando ameaçou autonomizar-se (da relação com as

---

<sup>16</sup> Sobre a questão militar e a revolução brasileira ver Sodré (2010).



burguesias), teve que recuar. Mesmo a consciência da necessidade de implantar as “indústrias de base” na segunda metade dos anos 1930, que veio principalmente do vetor nacionalista militar em meio ao problema estratégico de defesa, não permitiu se livrar da dependência externa do imperialismo, que sempre unificava endogenamente os modelos de negócios do capital internacional e do “empresariado” brasileiro, amalgamados na herança mercantil<sup>17</sup>. Com JK, esta conciliação foi substantivamente ampliada, marcando uma mudança estratégica em favor de maior subordinação ao capital internacional (Campos, 2009); que no período Jango tentou-se reverter com a “Lei de Remessas de Lucro”, por exemplo (Gennari, 1999). Sodré (1975; 1997) afirmou que, enquanto Vargas, mesmo conciliando com imperialismo, buscava criar um capitalismo de Estado em que a empresa estatal seria o núcleo central de sua estratégia de desenvolvimento nacional, Kubitschek, por sua vez, praticou um desenvolvimentismo antinacional permitindo que as empresas multinacionais se tornassem o centro dinâmico do novo modelo de desenvolvimento. Essa tendência ganharia ainda mais força após 1964, como veremos adiante.

No que tange a industrialização nos anos 1930, ela assumiu a forma conhecida de substituição de importações. A origem da indústria no Brasil foi marcada desde o final do século XIX por se desenvolver de maneira quase inercial em seus setores leves (bens de consumo não-duráveis), sendo uma diferenciação dentro da totalidade mercantil do grande capital cafeeiro (Silva, 1976). A tecnologia e as condições de financiamento externo igualmente sempre pautaram a indústria brasileira desde sua gênese, denotando sua íntima relação com o imperialismo (Campos, 2021). Quando se começou a aventar a possibilidade de implantação da indústria pesada no Estado Novo, embora se avançasse na criação de importantes indústrias de base, tal como a Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Indústria Nacional de Álcalis e Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e, depois, no Segundo Vargas, com o BNDE, Petrobrás e o projeto Eletrobrás, a indústria pesada só foi implantada com o desenvolvimento dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis mediante o protagonismo das empresas multinacionais no Governo Kubitschek. Mesmo em Vargas, o avanço das indústrias de base, que forneceriam insumos intermediários e infraestrutura

---

<sup>17</sup> Esta questão em relação à industrialização pode ser encontrada em Campos (2021).



para as filiais estrangeiras no futuro, já impunha também maior dependência financeira, tecnológica, comercial, cultural e militar, principalmente dos EUA (Campos, 2009).

De modo geral, a industrialização impulsionou o desenvolvimento capitalista no Brasil, deslocando a formação bruta de capital fixo, crescimento do produto, renda e emprego, em patamares inéditos. Ao mesmo tempo, como nos ensinou Marx (1999; 2013), o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que em um país periférico e dependente como o Brasil, mas que conseguiu acessar o capitalismo monopolista, impulsionou as contradições da sua formação social em que a dinâmica das relações sociais de produção tomava um novo ritmo. Como falamos anteriormente, aquelas contradições que começavam a se tornar inconciliáveis nos anos 1920, a partir dos anos 1950, e com mais força na primeira metade dos anos 1960, vão se tornando antagônicas. O capitalismo brasileiro, para avançar, teria que seguir um rumo de reformas radicais que permitissem, maior soberania, igualdade social e democracia; ou aprofundar a dependência externa, a segregação social e a autocracia.

Inúmeros fatos históricos mostraram como tais contradições sociais se acirravam. Vargas, por exemplo, criou a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 que garantiu vários direitos aos trabalhadores, mas suspendeu a liberdade sindical. Muitas destas conquistas foram reivindicações dos próprios trabalhadores urbanos nas greves de antes de 1930. A CLT teve importância, embora sua cobertura fosse bem limitada, pois atendia apenas a um 1/5 da população economicamente ativa, visto que a maior parte dela estava na zona rural, vivendo em condições análogas à escravidão (Rodrigues, 1996). Não por outra razão, que nos anos 1950 a luta no campo se acelerou com as “Ligas Camponesas” e outras organizações, exigindo a reforma agrária. Com o fim da ditadura de Vargas em 1945, os sindicatos urbanos também começaram a se libertar da tutela estatal, e grandes greves passaram a se tornar comuns já no segundo Governo Vargas. Neste período, os sindicatos começaram a defender pautas que extrapolavam as reivindicações salariais *stricto sensu* e passaram, ao lado do PCB e de outros partidos de esquerda, a defender bandeiras nacionalistas intersindicais, como no caso da “Campanha do Petróleo é Nosso”, que culminou no monopólio estatal da extração e do refino do petróleo com a criação da Petrobrás, em 1953. Lembrando que Vargas não defendia o monopólio estatal no projeto original, mas sim uma economia mista para a Petrobrás, conforme a concepção original da Assessoria Econômica da Presidência.



As pressões se acumularam e, no período Goulart, ganharam uma dimensão qualitativamente singular, a ponto de pressionar o Congresso Nacional para apoiar projetos de lei que jamais passariam nesta instância controlada pela burguesia. As chamadas “Reformas de Base”, portanto, não era um projeto definido de cima para baixo pelo Governo Goulart, tampouco uma ruptura com o capitalismo, mas, o oposto, pois significavam demandas históricas que vinham das bases sociais de contestação ao subdesenvolvimento, exigindo reformas radicais que domesticassem o capitalismo brasileiro. Foi deste contexto de antagonismo aberto que passou a “Lei de Remessas de Lucro” no Congresso (Gennari, 1999; Campos, 2009), assim como o “Estatuto do Trabalhador Rural”, que trazia o problema do imperialismo e da questão agrária, respectivamente, para o centro do debate. Sem falar dos projetos de reforma educacional, básica e superior, assim como as reformas eleitorais, tributárias, urbanas etc.

Identificadas com os problemas seculares do Brasil, as aprovações de projetos de lei aconteciam por dentro das instâncias de representação burguesa, restando a conspiração como tática defensiva para a própria classe dominante. Estávamos na verdade diante da multiplicação de inúmeras tensões, que demarcavam as pré-condições para uma revolução brasileira<sup>18</sup>. Com o intuito de interferir politicamente na construção de projetos de transformação estrutural, foi que o pensamento social brasileiro, nesse momento crítico e democrático, ganhou um outro patamar analítico, investigando com extremo rigor o passado para a compreensão dos principais dilemas de nossa formação. Desde o “programa democrático-burguês”, sua crítica e a ampla reflexão em setores políticos ligados ao PCB, PTB, ISEB, CEPAL e outras instâncias, a temática da revolução brasileira e a possibilidade real de levá-la adiante era um *ethos* que começava a se enraizar na sociedade, e que, entretanto, seria ceifado no seu nascedouro.

O sujeito da transformação começava a se formar num complexo nacional-popular composto por trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, intelectuais, parte progressista da igreja católica, dos militares de baixa patente e alguns oficiais, assim como setores da classe média, pequenos empresários, sindicatos, partidos de esquerda e outras frações de classe. A reação à toda essa mobilização nacionalista, que apenas começava a se

---

<sup>18</sup> A bibliografia sobre a revolução brasileira é extensa, mas uma boa introdução pode ser feita em Sodré (1978; 1997), Furtado (1962), Prado Jr. (1987), Fernandes (2006), Lima Filho (2018), Sampaio Jr. (1999a; 2005), Campos (2020) e Pericás (2019).



estruturar, se comparada às experiências mais avançadas como a cubana de 1959 e a chilena de 1970, veio na forma de contrarrevolução preventiva imposta por forças de um complexo multinacional, em 1964.

## 1.2. Contrarrevolução

À custa de duas guerras mundiais que mataram perto de 100 milhões de vidas e a invenção do fim absoluto da humanidade pelo potencial nuclear, o desenvolvimento do capital monopolista no século XX, bem como sua forma universal de conquista pelo capital financeiro internacional via exportação de bens, dinheiro e violência, produziu uma expansão econômica, militar e cultural que tinha nas corporações multinacionais seu principal determinante. Dessa nova etapa de acumulação capitalista renovou-se a política imperialista de dominação, já originalmente identificada por Hilferding (1985), Luxemburg (1983), Bukharin (1988) e Lenin (1979), parindo uma modalidade inovadora de contrarrevolução<sup>19</sup>. Na América Latina do pós Segunda Guerra Mundial, a contrarrevolução antecedia à própria revolução, de forma preventiva, defensiva e permanente, envenenando na raiz qualquer tipo de seiva que alimentasse a emancipação social, fosse ela indígena, nacionalista ou anticapitalista<sup>20</sup>.

O caráter permanente deste tipo de contrarrevolução se aplicou, sobretudo, com um instrumental de terror criado a serviço de uma renovada

---

<sup>19</sup> Uma síntese da atualização do debate clássico do imperialismo para autores que pensaram o capital monopolista no pós Segunda Guerra, como Baran, Sweezy, Magdoff, Hymer e Michalet, pode ser vista em Campos (2015).

<sup>20</sup> Ao estudar a experiência da Guatemala, Grandin qualificou a contrarrevolução preventiva nos seguintes termos: “all the lives under consideration here, despite providing a diversity of experiences, highlight the formative power of politics to shape human expectations. This, I think, should be a central element of any definition of the Cold War. It was not only an event (what diplomatic historians usually call superpower rivalry) or a cause (as in the Cold War did this or that to this or that country) but also an intensified phase of a larger conflict, an ‘international civil war’ not only between the United States and the Soviet Union or between capitalism and communism but between different views of the shape that social citizenship would take. The spread of capitalism in its raw version in the third world created a dramatic torsion between the anticipation of development and equality and the reality of exclusion and exploitation. This tension was acute in Latin America, where Catholic humanism, liberal nationalism, Native American conceptions of justice, conservative defense of collective rights, socialism, and in some countries the radicalism of militant working-class immigrants combined in different proportions to produce an extraordinarily insurgent twentieth century” (2004, p.17).



estrutura imperialista de poder forjada no complexo industrial militar estadunidense, com a função de manter a população sempre mobilizada para a guerra e para o consumo<sup>21</sup>. Obviamente, que este “*know how*” não se extinguiu com o período da “Guerra Fria”, pois permaneceu mais vivo do que nunca como estamos presenciando hoje<sup>22</sup>. Ademais, a contrarrevolução permanente não se limitava apenas à face violenta via administração da tortura, perseguição e mortes, explícitas nas ditaduras latino-americanas, mas, igualmente, uma face sutil de dominação no longo prazo, de forma a abduzir pautas tipicamente revolucionárias, anticapitalistas e universais, transformando-as em bandeiras “progressistas”, “cidadãs”, de reparações históricas e ganhos incrementais, como as questões identitárias que se descolaram da luta de classes; ou mesmo criando programas sociais de gestão e de monitoramento da barbárie, como aqueles do Banco Mundial, de combate focalizado à pobreza, “empoderamento” nas favelas, empreendedorismo popular etc.<sup>23</sup>.

No Brasil, o marco da contrarrevolução permanente se deu com o Golpe de 1964, cujo ciclo histórico continua aberto nos dias que correm, como trataremos à frente (Lima Filho, 2018). Com mais força a partir das reformas financeiras do Governo Castelo Branco e do AI-5 de 1968, a ditadura tentou legitimar a violência da contrarrevolução pelo crescimento econômico que se estendeu até os anos 1970, em meio à nefasta compressão salarial e o aumento da concentração de renda. No entanto, a plataforma do capital monopolista que integrou burguesias centrais às nativas brasileiras, permitindo finalizar a sua “revolução” no estatuto do capitalismo dependente, ocorreu antes de 1964 (Fernandes, 2006). O momento de inserção da sociedade brasileira no capitalismo monopolista aconteceu a partir de 1956 com a implantação da indústria pesada no Governo Kubitschek. Por detrás da euforia dos “50 anos em 5” do Plano de Metas, em que muitos cantavam em verso e prosa a modernização brasileira,

---

<sup>21</sup> O caráter permanente da contrarrevolução para o Brasil está em Fernandes (2006). Sobre a mobilização constante dessa forma de dominação imperialista que permanece até o momento atual pode ser vista em Mills (1968), Marcuse (2015) e Arantes (2014).

<sup>22</sup> Para constatar a estratégia permanente da contrarrevolução, mesmo depois que foram decapitadas as principais lideranças de esquerda latino-americanas com as ditaduras, ver Rouquié (1984) e Grandin (2004; 2007).

<sup>23</sup> A destruição da gramática revolucionária a serviço dos interesses corporativos internacionais pode ser vista em Pereira (2010), Menegat (2019) e Polese (2020).



estava sendo implantado, por meio do capital internacional, um controle do mercado interno que iria definir, não apenas as expectativas de consumo presente, mas criar as futuras. Algo, inclusive, que não estava posto no debate clássico do imperialismo (Campos, 2009; 2015; 2021). Em especial, a indústria de bens de consumo duráveis, dinamizadas pelas empresas multinacionais, seriam verdadeiras “fábricas de sonho”, de modo que, muito mais que “alavancas para o crescimento” como diziam os economistas desenvolvimentistas, seriam instrumentos de dominação da cultura e de influência política direta nos rumos do país<sup>24</sup>.

Estávamos, assim, nos inserindo em nova fase do imperialismo, diferente daquela da época de Lenin em que não era possível vislumbrar a industrialização de algumas periferias, principalmente vindas do período colonial. O ingresso do investimento direto estrangeiro (IDE) para o país, nesse momento, não significava a mera internacionalização produtiva que poderia ser instrumentalizada pelo desenvolvimentismo, mas, o oposto diria Prado Jr. (1985; 1987), pois seria uma internacionalização da superestrutura dentro de um desenvolvimento do complexo industrial militar, que tinha nas corporações um dos seus principais vértices de “doutrina de segurança nacional [imperial]”. Era, portanto, um “imperialismo total” (Fernandes, 1975; 2006)<sup>25</sup>. As dimensões do mercado interno brasileiro, sua herança mercantil-escravocrata que dotava o Estado de um poder político peculiar contra o povo, e uma forte burguesia nativa para controlar internamente o ritmo de

---

<sup>24</sup> Ao atualizar a categoria de fetiche da mercadoria de Marx (2013), Marcuse explicitou com nitidez tal poder: “atualmente, o capital produz, para a maioria da população das metrópoles, não tanta privação material como outrora mas, sobretudo, uma satisfação ‘guiada’ das necessidades materiais, ao mesmo tempo que faz do ser humano inteiro – inteligência e sentidos – um objeto de administração, engrenado para produzir e reproduzir não só as metas mas também os valores e promessas do sistema, seu paraíso ideológico. Por trás do véu tecnológico, por trás do véu político da democracia, surge a realidade, a servido universal, a perda de dignidade humana em uma liberdade de escolha pré-fabricada. E a estrutura do poder já não é ‘sublimada’ no estilo de uma cultura liberalista, já não é sequer hipócrita (quanto retinha, pelo menos, as ‘formalidades’, a concha da dignidade), mas brutal, despida de todas as falsas aparências de verdade e justiça” (1973, p.23).

<sup>25</sup> Segundo Fernandes, o imperialismo total “organiza a dominação externa a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (1975, p. 18).



difusão da modernização imperialista, eram os atributos indispensáveis para fazer da economia brasileira estratégica para o capital monopolista e seu alcance contrarrevolucionário enquanto, *pari passu*, a mantinha dependente e subdesenvolvida, recicladora permanente do passado (Fernandes, 2006).

Não obstante a industrialização pesada nos anos 1950 ter aberto uma crise na dominação política da burguesia brasileira, diante do dinamismo econômico que vinha de fora, assim como de setores estatais e de algumas frações de classe burguesa que se radicalizaram, ou ainda, a possibilidade de organização das massas na sociedade de classes, com a articulação imperialista interna entre empresas nacionais, Estado e as corporações multinacionais, a burguesia brasileira construiria o caminho para sua “revolução”, ao ser de fato consumada em 1964 (Fernandes, 2006)<sup>26</sup>. No momento em que se constituíam os grupos executivos de JK para o Plano de Metas, sobretudo o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), não estava se operando apenas uma divisão horizontal de tarefas com o “Estado desenvolvimentista”, mas uma associação subordinada ao poder contrarrevolucionário do capital financeiro internacional. Junto da indústria pesada, em que a empresa multinacional marcava o ritmo e o compasso do “dinamismo econômico”, estava se desenhando internamente um eixo de dominação imperialista que aglutinava empresários de todas origens, banqueiros, classe média, militares, grande parte da igreja católica,

---

<sup>26</sup> Fernandes comenta a “revolução”: “[...] os estratos burgueses aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações do mundo, procurando ajustar-se a ‘avaliações pragmáticas’, que representam o subdesenvolvimento como um ‘fato natural’ autocorrigível e estabelecem como ideal básico o princípio, irradiado a partir dos Estados Unidos, do ‘desenvolvimento com segurança’. Dava-se, assim, ‘o último salto de limpeza do sótão’. A burguesia brasileira encontrava novos elos de ‘modernização’, descartando-se de suas quinquilharias históricas libertárias, de origem europeia, substituídas por convicções bem mais prosaicas, mas que ajustavam seus papéis à ‘unidade dos hemisférios’, à ‘interdependência das nações democráticas’ e à ‘defesa da civilização ocidental’ [...]. De classes padronizadoras da revolução democrática-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da ‘democracia’ e da ‘civilização cristã’. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. [...]. Confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária (2006, p. 366-367)”.



prestadores de serviços, profissionais liberais, mídia, algumas cúpulas sindicais, partidos como a UDN, diplomacia estadunidense etc.<sup>27</sup>.

Formava-se então um verdadeiro complexo multinacional das forças de dominação<sup>28</sup>, cujo poder penetrava todo o organismo da sociedade brasileira, em que a evidência não estava posta diante da “orgia imperialista” da época de JK como mostrou Prado Jr. (1987). No momento em que a agenda da revolução brasileira se esboçou, começando efetivamente materializar-se pela ação do Congresso Nacional diante da pressão do complexo nacional-popular, o golpe tornou-se imprescindível. Assim, a conspiração se colocou como um fato, e, em 1964 em diante, o “modelo autocrático burguês” se impôs (Fernandes, 2006). Esse marco histórico, cuja sombra ali se originou, eclipsa até hoje nossa vida. Tamanha violência é medida pela perene contrarrevolução imposta de caráter antinacional, antipopular e antidemocrático. Com o Golpe de 1964, portanto, sepultou-se precocemente um pensamento social crítico e democrático que tinha na apreensão dos dilemas da formação nacional sua principal arma para a *práxis* revolucionária. Os reflexos deste infanticídio podem ser constatados no colapso atual que vive a sociedade brasileira.

---

<sup>27</sup> Para um mapeamento completo dos agentes da contrarrevolução nesta fase ver Dreifuss (1981; 1986).

<sup>28</sup> Segundo Campos “i)- o complexo é, por um lado, resultado da dependência externa e do subdesenvolvimento de longo prazo, em que o caráter mercantil, antissocial e subordinado da burguesia brasileira, sedimenta tal relação; ii)- essa característica perene de nossa formação interpõe-se, por outro lado, a um estágio peculiar de dominação do capital internacional na industrialização pesada a partir de 1956; iii)- tal dominação tem no ‘imperialismo total’ [FERNANDES, 2006] seu polo externo, que se manifesta internamente na junção de interesses estrangeiros ante as necessidades de desenvolvimento capitalista da burguesia brasileira; iv)- o complexo responde de fora para dentro, tanto pela necessidade de extração de mais-valor, quanto da difusão de uma promessa civilizatória antagônica ao socialismo, bem como pela segurança política, que, no limite, pode se substanciar em segurança militar; v)- a associação dependente em que se baseia o complexo, da mesma forma que viabiliza as rentabilidades dos principais negócios que se articulam à industrialização pesada, e, assim, sustentam a ampliação da base material do mercado interno, funde, de dentro para fora, interesses comuns que se solidificam no domínio político do Estado brasileiro, a serviço desse arco multinacional” (2021, p.55).



## 2. Imperialismo e ascensão da contrarrevolução brasileira

O imperialismo não é um fenômeno de mão única, em que a nação capitalista hegemônica apenas subordina a nação dominada *in totum*, tal como introduzimos anteriormente. Não, a sua dinâmica é mais complexa, pois imbrica os interesses de frações das classes dominantes dos dois polos contra os interesses da classe trabalhadora do país subordinado, desde pessoas comuns que se identificam com a ideologia dominante, como setores da pequena burguesia que promoveram desfiles da chamada “marcha com deus pela família, propriedade e liberdade”, até setores mais organizados, inclusive da intelectualidade, que elaboram teorias e ideologias que servirão de superestrutura ideológica para este apoio interno aos seus congêneres forâneos, como por exemplo, na reelaboração teórica do economista brasileiro Roberto Campos.

De fato, o processo é por vezes cruento com o objetivo de aumentar as taxas de lucro das corporações, e para isso é preciso aumentar a taxa de mais-valia ou taxa de exploração da classe trabalhadora. Isto seria uma mera exegese dos textos de Marx se o processo histórico real não fosse tão elucidativo: veja-se por exemplo os casos de colaboração de grandes empresas como Volkswagen que, como é de amplo conhecimento, financiou e forneceu infraestrutura para operações de repressão aos trabalhadores considerados subversivos, afora o escândalo da prisão e tortura de trabalhadores sindicalistas de esquerda nas próprias dependências das fábricas no imediato pós Golpe de 1964.

Para subsidiar a reflexão sobre os processos de contrarrevolução no Brasil, temos que considerar alguns aspectos históricos estruturais da formação da economia e da sociedade brasileira. Como já indicado anteriormente, após vários séculos na condição de colônia de exploração – verdadeira vanguarda da barbárie do capital, o capitalismo industrial emerge em condições específicas como um capitalismo hiper-retardatário, de modo que, o capitalismo verdadeiro, em configuração industrial, emerge na fase monopolista e oligopolista do sistema – aquilo que Lenin entende como processo imperialista, que significa a existência de oligopólios, organizações de trustes e cartéis, com largo desenvolvimento tecnológico, pronunciada planta industrial e, fundamentalmente, organização financeira desenvolvida, ou seja, o quadro hiper-tardio ou de via colonial irá definir os contornos fundamentais da estrutura econômica brasileira.



Posto isto, a subordinação colonial será substituída, no processo, por uma forma determinada de subordinação dos polos ex-coloniais aos polos dominantes do imperialismo, leia-se a Inglaterra no século XIX e início do século XX e fundamentalmente os EUA a partir da Segunda Guerra Mundial. É neste quadro historicamente constrangedor que a economia brasileira transitará de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial, cujo processo de acumulação de capital significará simultaneamente a formação das chamadas classes sociais modernas.

Como na explicação de Florestan Fernandes (2006), diferentemente dos casos históricos clássicos, haverá a formação de uma "aristocracia burguesa", onde igualmente diferente dos capitalismo clássicos, aqui a burguesia nascente industrial não confrontará as tradicionais elites agrárias, já que dependiam das divisas de suas exportações para a criação do próprio parque industrial nacional (Furtado, 1975).

Como salientado na introdução deste artigo, a chamada burguesia moderna teve suas origens nas frações das classes europeias na transição do feudalismo para o capitalismo. São frações de comerciantes, pequenos empreendedores dos burgos e das corporações de ofícios, grandes mercadores de escravos, de especiarias e utensílios diversos, nobres aburguesados, donos de terras e até setores poderosos do clero. Essas frações de classe encabeçaram um movimento revolucionário contra o feudalismo e o poder do Estado medieval, da nobreza e do clero, que culminou nas revoluções burguesas, principalmente na França, na Inglaterra, Países Baixos etc. Assim, a burguesia criou e/ou assimilou também as grandes conquistas no campo simbólico, como o Iluminismo, o Renascimento, além de avanços consideráveis nas ciências. Contudo, houve uma radical mudança na burguesia moderna em meados do século XIX, impulsionada pelo próprio desenvolvimento e a maturidade que o modo de produção capitalista e a luta de classes que lhe é peculiar. De classe revolucionária a burguesia se transmutou em classe contrarrevolucionária e conservadora, principalmente a partir dos eventos que marcaram a Comuna de Paris, como observamos na introdução deste artigo.

Pois bem, no caso da particularidade brasileira, temos que considerar que aqui, as classes dominantes foram forjadas no mesmo processo global da história, mas com a peculiaridade de ter sido parida no processo de colonização, das sesmarias e fundamentalmente da escravidão dos povos indígenas da terra e dos negros africanos por quase quatro séculos. Desse modo, àquelas frações de classe supracitadas, juntam-se aqui novidades nas



classes burguesas globais, em que se incluem aqui, por exemplo, os sesmeiros, escravocratas, capitães do mato, bandeirantes, milicianos matadores de quilombolas e desafiadores da ordem, e outras espécies de tipos humanos locais. É neste ventre que se originaram as novas frações modernas da classe dominante no Brasil, ou seja, além de emergir na fase contrarrevolucionária da burguesia global, transitou no bojo de uma classe já plasmada pela brutalidade dos processos de acumulação primitiva e da escravidão de pessoas.

Nascida já na etapa imperialista, esta fração “moderna” da classe capitalista industrial jamais pôde experimentar os ares da chamada democracia burguesa que impulsionaram as clássicas revoluções burguesas na Europa. Ao contrário, a nova fração industrial brasileira se vê coagida, de um lado, pelas forças do imperialismo a se colocar na qualidade de sócia menor de suas congêneres dos países dominantes, e, de outro lado, internamente são débeis para subjugar as elites agrárias e desta forma só lhe resta a conciliação com as classes agrárias conservadoras, numa aliança pelo alto, contra os interesses das classes trabalhadoras (Fernandes, 2006). Assim, ela nasce do ventre da contrarrevolução e assim crescerá e se desenvolverá como classe antidemocrática, contra os chamados interesses nacionais e obviamente contra as bandeiras dos trabalhadores rurais (reforma agrária) e urbanos (reforma urbana, reforma trabalhista etc.). Esse processo se transformará numa permanente tensão política, tendente a golpes de Estado e regimes de exceção.

O processo de desenvolvimento industrial se dará nesse complexo processo político, às vezes embasado nas ideias nacional desenvolvimentistas da CEPAL de Furtado e Prebisch, outras vezes mais orientado pelas ideias proto-neoliberais e conservadoras, como por exemplo, na trinca Gudin-Campos-Bulhões.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que dera passos crescentes desde a década de 1930, como visto no item anterior, chegará no final da década de quarenta com um parque industrial ainda de caráter embrionário. Estava em andamento a implantação de um novo padrão de acumulação, principalmente no Governo de Juscelino Kubitschek, que, fundado no tripé Estado, capital nacional e capital internacional, engendrará um desenvolvimento com enormes desequilíbrios estruturais, com destaque para o processo inflacionário; a crise estrutural do balanço de pagamentos, que se tornará estruturalmente deficiente sua conta corrente; a intensificação sem paralelo das desigualdades sociais, principalmente após as políticas do



pós Golpe de 1964 e por fim, a concentração brutal da propriedade e da renda, alçando o país, por vezes, a campeão mundial no *ranking* de concentração de renda. Todas essas contradições são desdobramentos das políticas econômicas e sociais das classes dominantes brasileiras ou das forças sociais que buscavam a efetivação de uma economia subordinada aos interesses do capital financeiro internacional.

### **2.1. Elementos da ideologia conservadora de Roberto Campos**

Ao refletir sobre desenvolvimento econômico, Roberto Campos produziu sua tese de que existe uma incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e redistribuição de renda. Campos coloca o desenvolvimento, ou na verdade, o crescimento econômico, como prioritário sobre as questões sociais. Defendeu que a redistribuição do bem-estar é uma “ilusão” que “consiste em buscar-se o desenvolvimento social, isto é, a distribuição do bem-estar em ritmo mais rápido que o possibilitado pelo estágio de desenvolvimento econômico, e, frequentemente, em detrimento deste” (Campos, 1963, p.91) Neste sentido, Campos desenvolve tais ideias, afirmando que:

[...] a opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixo o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivo adequado, o exercício da justiça distributivista se transforma numa repartição da pobreza (Campos, 1963, p.115).

Essas ideias, publicadas no final dos anos cinquenta, reaparecerão mais tarde como parte da orientação geral de vários governos pós golpe de 1964, que ficaram conhecidas como “teoria do crescimento do bolo”. Como é de conhecimento geral, o ritmo do crescimento econômico foi muito acelerado no chamado “Milagre Econômico Brasileiro” de 1968 a 1973, entretanto, o crescimento do bolo, que ganhou grandes dimensões, não só não foi posteriormente dividido como, muito pelo contrário, tal política transformou-se em política deliberada de concentração de renda, colocando o Brasil sempre entre os países do mundo com o maior nível de concentração, o resultado foi o crescimento desmesurado da pobreza e da desigualdade social por décadas. A maldade das classes dominantes hiper-



retardatárias fica evidente nas explicações teóricas de seus intelectuais orgânicos. Para Campos (1963, p.116) “em nossa escala de valoração cultural, a preservação dos incentivos para o crescimento do produto deve ter prioridade sobre medidas destinadas à sua redistribuição. ” A primeira pergunta que deveríamos fazer é: escala de valoração de quem, cara pálida? Na reflexão de Campos, distribuir renda deprimiria o investimento e comprometeria o crescimento econômico. Além da clara influência da teoria da população de Malthus, no mais, as reflexões de Campos sobre desenvolvimento econômico vão se apoiar nas ideias do economista conservador W.W. Rostow, que via etapas de desenvolvimento econômico sempre dentro do modo de produção capitalista, que deveria se transmutar de uma sociedade arcaica para uma arrancada que a levaria para uma hipotética sociedade moderna de alto consumo. Mais tarde, já nos anos 1980, Campos incorporará em suas ideias conservadoras as teses neoliberais que ainda estavam em voga na Inglaterra de Margareth Thatcher.

Poderíamos nos alongar com a apresentação da totalidade do pensamento econômico conservador, especificamente na elaboração de Campos, o que deixamos para outra ocasião. Para os propósitos de discutir a questão da contrarrevolução, cremos elucidativo expor apenas mais um aspecto, refiro-me especificamente à questão da “institucionalização política”. Neste quesito, Campos tangenciará o tema da luta de classes e da instabilidade política, por exemplo. As teses de Campos neste quesito demonstram um inequívoco caráter conservador ou autoritário. De fato, é constante em suas obras, especialmente a partir da década de sessenta, a afirmação de que “certa dose de autoritarismo se faz necessária” no período que chama de modernização da economia. No fundo, sua visão autocrática que procuraremos apresentar adiante, presta-se para viabilizar as propostas de seu modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil.

As considerações de Campos sobre o assunto estão intimamente relacionadas com o que ele entende por “atos” ou “imperativos” da “Revolução de 64”, que podem ser sintetizados em três momentos distintos. O primeiro refere-se a fase de “incruenta cirurgia econômica”; o segundo refere-se à “transição ordeira do comendo”; e finalmente o terceiro refere-se à “institucionalização política do ideário pela constitucionalização”.

Refletindo dentro do universo Rostowiano (Rostow, 1971), Campos (1977, p.29) inicia afirmando que “o mais importante fator de descontinuidade do processo de desenvolvimento e a principal causa do colapso, após a arrancada, é a instabilidade política. (...) A modernização traz



instabilidade, mas o processo de modernização deflagra a instabilidade. Os regimes políticos primitivos e não diferenciados, de tipo hierárquico e autoritário, tendem a ser estáveis”.

Quanto à modernização política, desta vez no universo teórico do sociólogo estadunidense Samuel P. Huntington, Campos (1977, p.30) entende que a modernização política “inclui a racionalidade de autoridade, a diferenciação de funções políticas, e, finalmente, a expansão da participação política. A racionalização da autoridade requer uma certa concentração de poder, antes dispersos entre autoridades tribais, religiosas, familiares ou éticas, de modo a se formar uma autoridade política nacional. Há, entretanto, uma crucial distinção entre grau de participação política e grau de institucionalização política, e uma defasagem entre as duas leva inevitavelmente à instabilidade”.

Campos justifica a necessidade de um governo autoritário na medida em que o chamado grau de institucionalização é menor que o grau de participação política das massas. O agravamento da crise econômica e social no Brasil, no início dos anos 1960 confirmará as teses de Florestan Fernandes (2006), em que se verifica que da brutal tensão social que emerge efetivamente da forma histórica de objetivação do capitalismo no Brasil, verificamos que as formas bonapartistas de regime (intervenção ou golpes militares) se alternam com tentativas de institucionalização de um modelo autocrático-burguês de dominação social. No bojo deste complexo processo político e econômico, Campos evidencia sua clara identificação e inserção política enquanto intelectual orgânico das possibilidades concretas de atuação de nossas classes dominantes.

Segundo Campos, a análise do Golpe de 1964, chamado por ele de “Revolução”, para se conquistar a normalidade democrática,

[...] é necessário além da consolidação do ritmo de desenvolvimento econômico, deve ficar ligada ao processo obtido na satisfação de certas condições: Em primeiro lugar, suficiente popularização da Revolução. Em segundo, ambiente internacional favorável, particularmente em nossa particular área de segurança na América Latina. Em terceiro lugar, uma renovação da classe política (congresso e executivos estaduais), a ser alcançada por qualquer dos três processos: cassação de subversivos e corruptos; b) cooptação horizontal, pela atração de tecnocratas e executivos para a área política, e; c) recrutamento vertical, pela cooptação de políticos jovens,



bafejados pelo apoio militar, ou pela eleição direta de elementos não compromissados com postulados demagógicos e revanchistas. Em quarto lugar, o controle satisfatório de surtos terroristas e extirpação de focos de guerrilhas revolucionárias. (Simonsen; Campos, 1975, p. 230).

Após todos esses “passos”, Campos entende que dever-se-ia buscar a institucionalização política da “revolução” pela eleição de um político comprometido com as ideias de 1964.

## 2.2. O Golpe de 1964

O início dos anos 1960 foi marcado por uma brutal crise econômica e social. No que tange à crise econômica, é notório que o Governo de João Goulart herdou grandes desequilíbrios das contradições do Plano de Metas de JK, ou do esgotamento cíclico do enorme pacote de investimentos daquele período. Daí a acentuada queda nos investimentos, crescimento da capacidade ociosa, acompanhado da queda das taxas de lucros e queda do ingresso de capitais internacionais. Era a crise estrutural de uma economia centrada fundamentalmente no setor de bens de consumo duráveis para o mercado interno, com capacidade industrial instalada internacionalizada e com necessidades crescentes de remuneração dos capitais internacionais, seja de investimento, seja de empréstimos. Era a manifestação de uma crise na esfera da circulação internacional de capital (Oliveira, 1977).

Todo o processo acelerado da industrialização brasileira fora marcado pela sempre elevada taxa de exploração da força de trabalho urbana. No campo, a taxa de exploração era ainda maior pois a legislação trabalhista não alcançava os trabalhadores rurais que ficavam a mercê da verdadeira guerra social que marca e sempre marcou a processual acumulação primitiva do capital no Brasil.

Naquele contexto, Celso Furtado elaborou o Plano Trienal para tentar dar certa direção à política econômica do governo para os anos 1963-1965, Plano que fora desafortunadamente interrompido pelo Golpe de 1964. Mais tarde Furtado (1974) irá elaborar uma célebre crítica ao desenvolvimentismo capitalista brasileiro em seu *O Mito do desenvolvimento econômico*. A radicalidade da crise econômica e social do início dos anos 1960, engendrada pelas contradições do capitalismo brasileiro, ganhou no início de 1964 um desenlace conservador marcado pelo golpe contrarrevolucionário de 31 de março.



As regras do jogo foram alteradas, mudando-se o movimento da luta de classes no Brasil em favor das classes dominantes. Os sindicatos, que apoiavam o governo deposto, foram marginalizados. A partir daí terá início um duro golpe na classe trabalhadora. Os índices de reajuste salarial passaram ao encargo direto e exclusivo do governo federal, eliminou-se a estabilidade no emprego (usada pelos sindicalistas para evitarem as demissões) e substituíram-na pela opção forçada ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, que a um só tempo dava um golpe na organização dos trabalhadores e conseguia uma nova fonte de poupança.

Logo que assumiu o governo golpista, o General Castelo Branco convocou Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para assumirem, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, de onde emergiu a formulação do PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, que deveria dar as diretrizes gerais para a política econômica de 1964 a 1966. Agora a orientação monetarista ganhava força no governo, já que Roberto Campos já havia transitado para uma elaboração mais próxima ao monetarismo. As novas condições políticas de exclusão da classe trabalhadora da arena política, possibilitava grande margem de manobra para a nova equipe econômica.

Verificou-se, na prática, uma reversão de interpretação, cuja visão predominantemente estruturalista de Celso Furtado, cedia lugar a uma interpretação que ressaltava as “virtudes dos instrumentos monetários de combate à inflação”. No fundo, coube a equipe Campos-Bulhões a tarefa de destruir todos os entraves para o livre fluxo do capital internacional, dos quais a “Lei de Remessa de Lucros”; as tendências anteriores de reformulação estrutural (reformas de base); a luta da classe trabalhadora contra o sistemático arrocho salarial; a luta política contra o imperialismo, e por fim, as restrições ao ingresso de capital internacional devido às tensões políticas, são alguns exemplos. Abria-se assim o terreno para um grande processo de superexploração da força de trabalho que se alimentava de uma política de repressão política associada a uma política salarial de sistemático arrocho salarial, que perdurará por mais de duas décadas.

Na realidade, a inflação que naquele período já possuía como fontes causais complexas inter-relações estruturais, que tinham em suas bases uma acumulação de capital fortemente oligopolizada e internacionalizada em crise. O déficit orçamentário era então, apenas uma manifestação fenomênica de todo o processo. No entanto, a nova equipe econômica conservadora entendia que o problema era o excesso de demanda, ou seja,



estava subentendido que era necessário cortar a demanda, o que na verdade era uma justificativa teórica para o largo arrocho salarial a classe trabalhadora amargaria ao longo de todas as duas décadas de ditadura militar. A nova política salarial previa reajustes somente a cada 12 meses e, em 1965, o direito de greve fora abolido na prática, pois greves só eram permitidas em caso de atraso nos salários.

Cabe ressaltar algumas mudanças nas políticas fiscal e monetária e o rearranjo nas instituições de regulação da economia nacional, onde ganhou relevância a criação do Conselho Monetário Nacional, que inicia suas atividades a partir da segunda metade de 1964 e que atuava basicamente como órgão de previsão e coordenação das contas fiscais e monetárias. Destaca-se ainda a transformação da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, no Banco Central do Brasil, ato que entre outras coisas, buscava o efeito de desvincular a coordenação da política monetária do controle do Banco do Brasil que funcionava também como prestador que o setor público se apoiava e ainda como principal banco comercial.

No bojo da reorganização dos instrumentos de política fiscal de caráter altamente centralizados, o Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Sr. Roberto Campos, detinha plenos poderes e apoio do Presidente Castello Branco e pôde assim propor lei proibindo que os governos estaduais emitissem títulos sem permissão federal, impedindo assim, que os Estados lançassem mão da emissão de papéis para cobrir/rolar seus déficits orçamentários.

Em linha com as orientações apontadas no PAEG, onde o déficit federal era visto como o grande responsável pela espiral inflacionária, Campos e Bulhões lançaram-se ao chamado “saneamento” das empresas estatais, principalmente nas áreas de ferrovias, navegação e exportação de petróleo, que tiveram seus preços elevados (a chamada inflação corretiva).

Outro instrumento de política fiscal e que foi pela fundamental de estabilização foi sem dúvida a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN em 1964, e consigo todo o esquema de indexação da economia. As ORTNs eram títulos reajustados mensalmente segundo a média móvel do índice de preços por atacado e passou a indexar todo o mercado de capitais a partir de 1965, garantindo assim, ao capital, certa proteção do processo inflacionário.

Ao contrário da proteção ao capital, a política salarial perpetrou um largo esquema de arrocho salarial. Campos e Bulhões instituíram uma fórmula onde os salários seriam reajustados somente a cada 12 meses. A



base de cálculo do reajuste seria o salário médio real pago nos últimos 24 meses e os trabalhadores teriam uma compensação do aumento de produtividade do ano anterior. Todo o esforço da classe trabalhadora para intervir nas determinações das reposições das perdas salariais e influenciar na elaboração da política salarial era rechaçado pelo governo. Toda as reações da classe trabalhadora contra o arrocho salarial passaram a ser sistematicamente reprimidas pelo governo. Vale lembrar que a partir de 1965 o direito de greve fora abolido. Estavam criadas as bases para o processo de arrocho salarial que iria permear o processo de acumulação de capital no Brasil até arrebentar as greves no final dos anos 1970 e nos anos 1980.

Quanto ao fluxo de capitais, além da alteração profunda na “Lei de Remessa de Lucros”, retirando-se as cláusulas que entendiam como capital internacional apenas os influxos originais e não o montante total do capital aqui acumulado, também houve mudanças no sentido de tornar sem efeito a moratória da dívida do período Goulart. Com isso e com a elaboração de um programa de estabilização aos moldes do que propunha o FMI, o fluxo de capitais e empréstimos foram restabelecidos já em 1965. Estavam estabelecidas as bases do financiamento da acumulação de capital para o futuro próximo.

Segundo Paul Singer (1982), os contornos significativos da política de estabilização adotados por Campos-Bulhões, foram os seguintes:

A política anti-inflacionária praticada entre 1964 e 1967 não se limitou aos salários, embora estes tenham sido essenciais. O déficit orçamentário da União foi limitado, graças à diminuição das inversões públicas numa primeira fase e foi financiado em grande parte ampliando-se a dívida pública. Isso foi possível graças ao lançamento de títulos com reajustamento monetário, recurso para o qual Carvalho Pinto, em 1963, não tinha obtido aprovação do Parlamento. Além disso, melhorou-se consideravelmente o aparelho arrecadador e o sistema tributário, o que permitiu elevar a receita do governo, o que também contribuiu para reduzir o déficit. Finalmente, instituiu-se estrito controle do crédito, limitando-se a expansão dos meios de pagamento, o que teve por efeito reduzir o aumento da demanda efetiva. Usaram-se, enfim, os instrumentos tributários, creditícios e monetários clássicos no sentido de refrear a inflação. (Singer, 1982, p.55).



### **3. Revolução na contrarrevolução e tarefas dos revolucionários no fim do mundo**

#### **3.1. Questões do capitalismo contemporâneo e da transição comunista**

Em meados dos anos 70 do século XX, uma nova revolução tecnológica de caráter microeletrônico fará surgir o quarto órgão da máquina, seu órgão de controle, um novo órgão que enfim possibilitará completar-se a Revolução Industrial iniciada em fins do século XVIII (Bacchi, 2008). Assim surgirá um novo capital produtivo que integrado ao capital monopolista dominante forjará o novo capital financeiro, que imprimirá nova dinâmica à reprodução mundial capitalista, possibilitando o trânsito a uma sua nova ordem mundial sob orientação ideológica neoliberal (Lima Filho, 1997). Esta nova ordem caracterizar-se-á pelo impulso homogeneizante do espaço econômico mundial através de políticas econômicas de subordinação aos imperativos do novo capital financeiro, impostas pelas potências centrais capitalistas a todo o orbe mundial. Tal homogeneização implicará a necessária destruição sistemática dos Estados nacionais, a reespecialização das atividades produtivas e a interconexão imediata das aplicações financeiras na compra de ativos estratégicos de toda a espécie e nas dívidas públicas dos Estados nacionais, de forma a drenar sistemática e obrigatoriamente, sob a forma de lucros privados, parcelas significativas de dos orçamentos públicos de todos os países do mundo.

Essa nova força produtiva do capital posta a serviço do novo capital financeiro, ao promover a reorganização mundial do sistema capitalista, o fará por meio da negação de qualquer controle nacional à regência mundial do capital financeiro, consubstanciada em verdadeira guerra contra os interesses nacionais e os controles estatais nacionais sobre o capital e o trabalho assalariado, assim como sobre o espaço geográfico nacional com suas reservas estratégicas de minerais, florestas e água potável, em especial sobre os fantásticos aquíferos da América do Sul e as novas imensas jazidas de petróleo brasileiro e da Guiana, para não falar sobre a já instalada potência petrolífera da Venezuela.

Abre-se, dessa forma, para a maior parte das nações do planeta, uma nova era histórica de luta desesperada pela garantia, conquista ou reconquista da plena soberania nacional, assim como pela transformação da humanidade em força coletiva de luta pela superação da ordem mundial do capital. Adentra a humanidade uma era do fim do mundo, fim de um mundo moldado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.



As nações da América Latina encontram-se, pois, diante de inauditos desafios vitais. Não completaram suas industrializações – e em sua maioria mal avançaram nesse processo –, iniciadas com atraso de dois séculos e já estão diante da falência da estratégia das ditaduras antinacionais dos anos 1960 aos 1980, assim como dos neoliberalismos sociais melhoristas, sob a ameaça permanente de trânsito a ditaduras neoliberais de ultradireita, de inspiração pinochetista. As forças democráticas do melhorismo social neoliberal, na ausência das forças da democracia radical, liquidadas pela onda ditatorial que varreu boa parte desses países, em especial os mais desenvolvidos – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai – não tem força para superar os desafios impostos pela ascensão da ultradireita neoliberal antidemocrática com forte incentivo do imperialismo estadunidense (algo semelhante ao que ocorre na Europa com a Polônia, Hungria, Ucrânia e quem sabe, na Bielorrússia), seja pela via democrática – caso do Brasil – ou pela ditatorial, caso da Bolívia em 2019 (neste caso, de modo inédito e surpreendente derrotado o Golpe em 19 deste mês pela força da democracia radical popular). Isso indica que, na região, se entrou em uma era de profundas contradições socioeconômicas, era de revoluções e de contrarrevolução, era de profunda regressão neocolonial posta pelo avanço do novo capitalismo mundial neoliberal assim como pelo ultradireita antidemocrática e regressista (Sampaio Jr., 2017).

Diante da falência das formas de industrialização nacional e de subordinação neocolonial, ditatorial ou democrática, o desenvolvimento histórico desses países se encontra em um impasse. Incapazes de escapar ao desmanche cíclico de seus avanços socioeconômicos ocorridos nos últimos dois séculos, se encontram na encruzilhada entre a regressão neocolonial aberta, como o Brasil, ou a revolução social radical, como a Bolívia e a Venezuela, de caráter democrático e com controle estatal estratégico sobre o capital, posto a funcionar em prol da expansão e aprofundamento da soberania econômica da nação e do incremento do poder popular. A variante neocolonial implica radical desindustrialização, regressão social e aderência neocolonial aos ditames da política imperial norte-americana, ao passo que a variante revolucionária exige reindustrialização sob a égide do novo capital produtivo de base microeletrônica, que agora transita a formas ainda mais complexas e amplas de controle da produção com a tecnologia 5G.

Mais, a guerra do novo capital financeiro pela destruição dos fundamentos socioeconômicos dos Estados nacionais na América Latina,



significa também o descortinar de uma era de guerra a quente, com consequências imprevisíveis, já marcada e em processo de preparação, a envolver os EUA, secundados pelo Brasil e Colômbia contra Venezuela e Guiana. Situação gravíssima, a conspirar contra qualquer intento de emancipação nacional dos países da América Latina, em especial contra a necessária e vital reindustrialização, sem a qual a distância relativa e profundidade produtiva desses países em relação aos mais desenvolvidos se amplia dramaticamente. Ou seja, o nível de subordinação neocolonial se eleva potencialmente a um grau jamais visto no século XX.

Mesmo para o Brasil, recente ex-oitava potência industrial mundial, a situação é seríssima e incerta. Ocorre um ataque sistemático e devastador sobre o meio ambiente e leis trabalhistas, sobre as relações geoestratégicas, assim como sobre o complexo educacional-científico-tecnológico e a cultura nacional, embora não havendo limitações técnicas, científicas ou financeiras caso se procedesse efetivamente à reindustrialização nacional, os impedimentos políticos a esse caminho serão extremos. Vive-se uma situação inédita de regressão aos estágios iniciais da República, no início do séc. XIX. A fome, o desemprego e a miséria alcançaram níveis altíssimos (Observatório, 2021). A única força externa capaz de minimizar os efeitos da regressão em processo seria a conjugação de esforços solidários dos países do BRICS, mas o grau de fragmentação política dos países do Mercosul bloqueia suas possibilidades de ação antiregressista, com auxílio contundente da política externa dos EUA para impedi-la. Recai, pois, sobre as frágeis forças democráticas radicais, seus cientistas e teóricos de modo especial, a tarefa de apontar as vias de saída deste túnel escuro da contrarrevolução em processo, de oferecer à população desorganizada e manipulada, elementos para a compreensão e meios para libertar-se do pesadelo em que vive.

Não é outra coisa o que desejam e fazem muitos no Brasil e alhures, no continente americano, latino ou não, em particular. Entre eles, nós, da ordem dos cavaleiros da emancipação, pretendentes a seguidores dos mestres e perseguidores do rastro da história. A bem da verdade, já no pós-II Guerra surgiam os intelectuais orgânicos despartidizados, donos de crítica própria, que de certa forma se esforçavam por iluminar os caminhos vedados à militância disciplinada no códex oficial. Sartre, Simone de Beauvoir, e tantos mais de vertentes distintas – Althusser, Morin, Marcuse, Gunder Frank, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes etc. - naturalmente passaram a servir de bússolas às birutas tresloucadas da



transformação social sob os fortes ventos da história. Nossa ousadia coletiva foi e permanece sendo enfrentar a necessidade de manter bem alta a lanterna, manter o farol da crítica sempre aceso, com luz fraca ou forte, mas atentos e dispostos a diminuir os custos de nossa marcha sempre incerta.

Para que saibam todos, diferentemente de outros projetos, nossa revolução é comunista, aquela que tem por objetivo superar por completo os fundamentos da ordem capitalista, a mercadoria, a propriedade privada e, por conseguinte, o capital, o Estado, de modo a eliminar a cisão entre a produção e reprodução material e intelectual da sociedade, o que, de modo obrigatório deve transformar a massa da população, dos trabalhadores, em força a um só tempo politicamente regente e expressão direta do poder, contra a intermediação da força externa do Estado herdado da sociedade de classes. O motor vital da revolução comunista é, portanto, a força conjugada e solidária dos trabalhadores a construir sua sociedade com a força e labor voluntário de suas mãos e cabeças. Nada pode ou deve substituir esse complexo de relações sociais. Ele é a medida e expressão da liberdade desejada, da emancipação humana pela qual lutamos. Tudo o mais é passageiro e existe para perecer no trajeto que vai da revolução política vitoriosa e da nova democracia das maiorias, até o fim do Estado e da mercadoria, até o governo do poder direto das maiorias.

Neste exato momento a força dos de baixo se impôs de maneira surpreendente e memorável nas eleições do 19 de outubro de Bolívia e na votação pelo plebiscito no 25 do mesmo mês no Chile. Ambas, a seu modo, impuseram à política burguesa e à contrarrevolução, a força da vitória da democracia radical em pé, derrotando dois golpes de Estado. Um que arrastou, por décadas, no sangue, no pó, na miséria e na injustiça as esperanças do povo chileno e outro, boliviano, que sequer ainda teve tempo de saciar sua sede de liberdade, pois ainda sob o sangue dos seus mortos e das recentes barbaridades costumeiras. É um alerta mais que gritante aos militantes da transformação social, sobre o caminho a seguir pelas revoluções políticas radicais se desejam vingar, ter vida longa neste campo histórico neocolonial.

Contrastando com estas vitórias retumbantes, vive-se o impacto das derrotas extraordinárias. Foi assim que no Brasil ocorreu e transcorre a vitória e o deslanchar de nova fase da contrarrevolução. Da revolução da contrarrevolução iniciada com o desmanche da cúpula do PT e no salto de qualidade ocorrido em 2016 - com a deposição da presidente eleita - que continua a contrarrevolução de 1964, que por sua vez prossegue após 1985,



até mesmo depois de 1988, quando foi aprovada a nova Constituição e teve fim, oficialmente, a ditadura política civil-militar iniciada em 1964 (Lima Filho, 2016). Esta revolução da direita e ultradireita, solidárias, conscientes, contrarrevolução radical, extrema, recrudescida, destinada a completar as tarefas remanescentes de 64. E o povo? O povo elegeu seu algoz à Presidência da República. Vizinho do colapso ideológico das antigas burguesias antinacionais, medrou e se expandiu nessas classes o cafajestismo delinquente, que ascendeu ao poder maior da nação, aliado às velhas e novas direitas, assim como às milícias leigas e religiosas, como um poder bélico, político, econômico e social, criminoso e poderoso, cada vez mais poderoso. Guiado pelos militares, que assim voltaram ao centro do poder e se tornaram novamente árbitros ativos dos rumos da contrarrevolução.

### **3.2. A necessidade da revolução democrática para uma nova ordem social**

Estamos diante de uma gravíssima situação nacional. As esquerdas conservadoras, partícipes do status-quo parlamentar brasileiro, ao não compreenderem ser o próprio capital o agente da demolição nacional em curso, não elegem os trabalhadores como eixo da transformação socioeconômica necessária. Para nós, da democracia radical, ao contrário, é preferível uma derrota eleitoral com os trabalhadores humilhados e miserabilizados pelo desmonte neoliberal colocados como centro vital de sua própria libertação, do que a vitória da esquerda conservadora por obra do abraço conjugal com a burguesia e seu programa, criadora deste pandemônio neocolonial que nos avassala. É preciso abrir caminhos para quebrar o círculo vicioso das derrotas e desmanches sucessivos, fortalecer o polo transformador.

São muitas as variantes de democracia à venda, rolando na praça. A finada Nova República, na fase final, experimentou o duopólio PT x PSDB, cujo neoliberalismo social e econômico pretendeu conviver e guiar com segurança o melhorismo nos marcos da fúria nacional, sob batuta mundial, do novo capital financeiro. As burguesias vetaram essa democracia melhorista, com ajuda substantiva do poder imperial estadunidense. Executam uma verdadeira revolução da contrarrevolução, realizam as premissas inconclusas do golpe de 1964. Puseram no poder a ultradireita, adepta da democracia restritíssima da autocracia sob jugo plutocrático banqueiro.



A experiência de construção de um capitalismo melhorado sob o império do novo capital financeiro faliu. A experiência dos governos petistas assim o demonstrou. Em toda a parte, tanto aqui quanto no Chile, é isso o que nos espera. Em toda a América Latina faliu também similar experiência sob a égide do desenvolvimentismo, entre as décadas de 50 e 70 do século XX. O que fazer, então? Quais as novas dificuldades em nosso caminho e que rota seguir doravante?

Os marxistas brasileiros já haviam descoberto, nos anos 1960, a impossibilidade, em nossa particularidade histórica - assim como na de todas as ex-colônias ibéricas - de realização da democracia capitalista com soberania econômica e política nacional. Nossas burguesias nunca quiseram isso<sup>29</sup>. Pertencem a um complexo socioeconômico mundial programado para produzir e reproduzir neocolônias, vanguardas, portanto, da barbárie.

Somente a expansão, o salto democrático sob a égide dos interesses das maiorias trabalhadoras na construção de novos poderes institucionais nos levará à estabilidade democrática e à plena soberania, com cidadania plena do trabalho frente ao capital. A isso se chama de *revolução democrática*, cerne da tão novamente falada *revolução brasileira*. Infelizmente, nenhuma das esquerdas conservadoras, da mais à menos civilizada, pensa assim.

Ou seja, ainda estaremos por longo tempo sujeitos aos sucessivos desmanches promovidos pela contrarrevolução permanente de adequação neocolonial, advogada desde sempre por nossas classes proprietárias e seus amos. Sem uma poderosa força da democracia radical, revolucionária, não haverá reconstrução alguma da nação, não quebraremos o encantamento que nos prende à miséria, à dependência neocolonial e à batuta da contrarrevolução<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Em 1964, elas definitivamente se despedem da emancipação da nação. Vide Oliveira (2008, p. 31).

<sup>30</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) lançou, em 21 de setembro de 2020, o *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil* (Partido dos Trabalhadores, 2020), em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a participação de alguns dos principais atores do campo progressista, sejam movimentos e centrais de trabalhadores como CUT, MST, UGT e Força Sindical ou representantes de partidos como PSOL, PDT, PSB e PCdoB. Nas palavras do ex-presidente Lula (Silva, 2021) "este não é um plano de um partido, é um plano de nação, para as pessoas que não aguentam mais viver do jeito que estão vivendo".



Hoje, nestes instantes, todas as forças da democracia conservadora, do derrotado melhorismo mais civilizado até a antidemocracia no poder se organizam para disputar a divisão do orçamento público nas próximas eleições municipais, todas elas solidárias com a alienação política, social e econômica dos trabalhadores como resultado das unânimes reformas capitalistas promulgadas pelo congresso, por iniciativa do executivo. Todas as forças da democracia conservadora estão unidas em torno de sua nova democracia, advinda dessas reformas exclusivas pró-capital, forma de recriar a inserção neocolonial da nação, ou seja, a destruição desta e sua transformação em espaço de regência exclusiva de classes burguesas neovassalas do novo capital financeiro, forma específica de refeudalização capitalista da reprodução social, de neocolonização do país.

Sua nova democracia pressupõe a expulsão dos trabalhadores da arena socioeconômica e política em prol daquilo que, para todas elas, é pressuposto estratégico em maior ou menor grau, as reformas capitalistas exclusivas dos interesses do capital e a inevitável constrição da democracia ao mínimo necessário para o livre negócio dos blocos políticos da ordem. A liofilização da ultradireita antidemocrática no poder, ora posta em movimento pelos blocos parlamentares políticos maiores do capitalismo, interessa a estes para a absorção da vanguarda da ultradireita e seus amos militares, controlando-a para os fins burgueses comuns, como também para a divisão do orçamento público, embora a ultradireita ainda permaneça sendo fonte vital e dinâmica das reformas nacionais necessárias ao capital e sua arquitetura mundial neoliberal. A grande novidade desta etapa da *revolução da contrarrevolução* em processo é o intento de fagocitação do polo de vanguarda da ultradireita - o governo e os militares -, pelos grandes blocos da direita revolucionária, pelo assim chamado Centrão. Pela primeira vez na história pós-ditatorial, com o fim da Nova República, todos os blocos de sustentação da ditadura se encontram aliados e sob o comando, agora controlado, do executivo emergido dos porões da ditadura e amparado e conduzido pelos regentes daquela, os militares. A Arena e os porões da ditadura guiados por suas forças armadas, desdobram-se, solidários, em sua faina coletiva contrarrevolucionária. Caso os arroubos golpistas do executivo possam ser assim abafados, isso em nada diminuirá o ímpeto reformador da contrarrevolução. O projeto radical neoliberal continua seu processo de destruição da nação. Ajudado pela pandemia enfrentada com evidente teor genocida e, agora, pelas queimadas arrasadoras, ele dá um novo salto de qualidade. Os trabalhadores continuam, desse modo, vítimas do círculo



vicioso das inevitáveis derrotas sucessivas e dos subseqüentes desmanches de suas conquistas em ciclos crônicos de repressão e violência institucional necessários para mantê-los ordeiros e disciplinados em sua avançada miséria e desemprego, em sua acrescida impotência política.

Para além do caráter genocida, ecocida e obscurantista (na versão portuguesa da *intolerância inquisitorial*) da economia política do projeto colonial lusitano, a destruição neocolonial em curso, porém, atropelada pela pandemia, eleva esta sua forma particular a níveis incríveis (Intercept, 2021). Dá-se um salto qualitativo que surpreendentemente nos aproxima da Primeira República, na fronteira do Estado colonial, liderado pelo núcleo ditatorial da extrema direita, remanescente da contrarrevolução de 1964, capitaneado pelas FFAA avassaladas, atrás da qual segue o cortejo eufórico das nossas classes proprietárias, classes médias norte americanizadas e seus políticos, a preparar guerra contratada pelos gringos contra a irmã vizinha Venezuela, comprometidas com a guinada geopolítica de sujeição neocolonial do Brasil (Neto, 2021). Para tal, inéditas manobras ocorreram agora em setembro (2020), na Amazônia, em treinamento de guerra dos “azuis” contra o inimigo “vermelho” (UOL, 2021). Só a revolução democrática abre as portas para a reconstrução nacional e à transição comunista.

A falência do neoliberalismo se escancara na situação chilena. O que ali está na rua gritando, uivando, reiterando seu chamado, no limite de suas forças, é a democracia em pé, dos e para os trabalhadores (Titelman, 2019). Ela é a expressão da real e massiva socialização da política, de reconquista do território nacional parasitado pelo Estado e, em nosso caso, também pelas milícias paraestatais de matriz ideológica laica ou religiosa, que permite alcançarmos as demais etapas econômico-sociais da transição. Foi exatamente o que ocorreu, por exemplo, na Rússia, Cuba ou Venezuela – para citar alguns exemplos –, para além de seus percalços naturais, pois o trânsito à democracia anticolonial e anticapitalista conta com uma teia de impasses, desde os teóricos até o cerco implacável do imperialismo e classes nacionais a ele subalternas, que só o tempo, a força da unidade das maiorias trabalhadoras e a emancipação da teoria das malhas das seitas e partidos herdados do século anterior poderão superar.

A revolução democrática é quem abre as portas para a transição a uma nova ordem social, ela é o primeiro passo radical da negação da democracia estreita em que vivemos, da democracia sentada, bem-comportada, conservadora, do e para o capital. Esta democracia faliu, as maiorias ruelas, marchadoras, insubmissas, sublevadas, descobriram seus



limites e os denunciam ao mundo, sem medo. É o caso exemplar do Chile, em 2020. A democracia melhorista das radicais reformas ultraliberais da contrarrevolução pinochetista faliu em seu intento de domesticar para todo o sempre os trabalhadores miserabilizados, esmagados pela ditadura formal e real do capital. As raízes insurgentes da classe trabalhadora chilena, educada por Recabarren<sup>31</sup>, rebrotaram com força e viço inauditos, surpreendentes, espetaculares<sup>32</sup>.

A revolução democrática é herdeira, antes de tudo, do bloco de forças da democracia radical, contra a ordem do capital. Quando esta última, por várias razões, não tem ou perdeu expressão política, como é o caso dos EUA, em sua derrota ocorrida em inícios do século vinte, determina um trânsito doloroso dos assalariados pela provação da radical democracia exclusiva do e para o capital, que ali já dura quase um século. É preciso que se diga que socialistas e comunistas nasceram e existem para e com a democracia radical. Abandona-la implica, com sempre implicou, em somar-se ao bloco melhorista, conservador.

No Brasil, perdeu-se na neblina o bloco da democracia radical, perseguido, caçado, assassinado, incinerado e por fim, em consequência disso e também como fruto de suas inconsistências teóricas, pulverizado nas malhas das forças da democracia conservadora, que ocupa todo o espectro da ordem e vai da autodenominada esquerda civilizada até as franjas da antidemocracia no poder.

Os grupos da democracia radical, altamente minoritários, dentro e fora da ordem, através de seus porta-vozes, agora proclamam a consigna ritual da necessidade imperiosa da *revolução socialista* como solução de nossos problemas nacionais e mundiais (Dirceu, 2018, pp. 465-6). Contudo, este apelo é equívoco. Ocorre que o socialismo, na conceituação derivada dos fundamentos do marxismo russo e herdada da II Internacional, após a formalização staliniana da Revolução Bolchevique e, posteriormente, universalizada como verdade incontestada, não passa de uma forma histórica, um nome e um conceito incorreto para um passo incompleto e condenado à não realização da transição ao comunismo. O que, de fato, importa à maioria trabalhadora e à humanidade, é saber superar o capital antes que ele destrua

---

<sup>31</sup> Luis Emilio Recabarren, fundador do movimento operário socialista do Chile, dos partidos que o expressam.

<sup>32</sup> O bloco chileno da Revolução Democrática está, de fato, negando, subvertendo o sentido original, histórico, desse processo, não expressa a sublevação das ruas.



a vida humana no planeta (Marques, 2020). Ou seja, o fundamental, para elas, assim como para Marx, é o comunismo, a negação do capital pela realização do poder político das maiorias e propriedade direta dos meios de produção pelos trabalhadores. Esse sempre foi o nosso programa, do qual nos esquecemos no século XX (Sève, 1999). Daí a necessidade de compreendermos, agora e sempre, o momento da revolução política, ou seja, da revolução democrática radical, a necessidade de *transitar da democracia neocolonial do capital – limite histórico da democracia burguesa no vasto mundo ex-colonial – à democracia ampliada, anticolonial, popular, anticapitalista, sob controle das maiorias*. É uma maneira de escapar ao lugar comum, com fundamento teórico, do termo *socialismo e seus derivados* erigidos pela II e depois pela III Internacional como suposta primeira etapa da transição comunista, que não nos levaram ou levarão a nenhum lugar, a não ser às inevitáveis derrotas, que obscurecem o essencial, qual seja, o controle das maiorias sobre o capital e toda a reprodução social, derivado da revolução política necessária e urgente (Sève, 2019).

Pois o projeto neoliberal, de transição radical ao controle social o mais pleno do capital sobre a reprodução capitalista, é essencialmente antidemocrático, de negação democrática do trabalho na sua nova democracia. Para superá-lo, só com uma democracia das, e para as maiorias, contra o capital e o capitalismo como sua forma histórica. Esse é o nervo vital da revolução brasileira, uma revolução democrática radical e anticapitalista.

Mas as eventuais forças e personalidades da democracia radical estão fortemente imantadas a seus nichos conservadores. Notemos que mesmo no Chile, caso extremo de democracia em pé, de universal e reiterada ocupação de ruas, praças e bairros, estas forças e personalidades ainda não iniciaram sua transição ao centro trabalhador sublevado, em grande medida devido ao hábito ideológico consagrado, cristalizado no século XX, de apelação seja à democracia em abstrato, seja ao socialismo, figura retórico-política evanescente já incapaz de empolgar as massas, tal como ocorrera até meados do século XX.

É plenamente justificável que nossos irmãos monoteístas apelem aos seus lugares sagrados identitários, sejam os destroços sobranceiros da fortaleza de Davi, ao Vaticano ou a Meca. Mas os vastos campos da emancipação humana, para a democracia radical, para os revolucionários da democracia das maiorias, estão descortinados no legado da transição comunista teorizado por Marx. Nosso projeto é o comunismo como superação do reino



do capital e jamais o muro das lamentações socialistas, teórica e praticamente incapaz de fazer o controle político das maiorias comandar a revolução democrática, aquela que inicia a caminhada rumo à superação do capital.

### 3.3. Revolução e contrarrevolução na contemporaneidade

O fim da URSS e seu posterior desmanche inaugurará uma nova era, era de aceleração dos processos mundiais de transformação social, de revoluções e contrarrevoluções. Os EUA, única e solitária potência mundial remanescente iniciará o dismantelamento sistemático da ordem mundial herdada da II GM. Após a URSS, seguir-se-á a Iugoslávia, seguida do Oriente Médio. Típicas guerras imperialistas, agora a expressar o apetite desse outro e mais poderoso capital produtivo, surgido da revolução microeletrônica (Bacchi, 2008; Lima Filho, 1997), cuja expressão financeira exigirá a criação de uma nova ordem mundial do capital.

Essa nova ordem exigirá a destruição sistemática dos fundamentos da ordem anterior, uma verdadeira revolução capitalista no campo produtivo, mas uma contrarrevolução no plano sociopolítico. Ou seja, o avanço da nova revolução produtiva projetada para o futuro, carrega a regressão nos campos da cultura, leis, política, ideologia, costumes. A expressão ideológico-prática genérica desse processo será o neoliberalismo, a exigir a liquidação dos Estados nacionais e o controle sobre seus territórios e fluxos de capital, colocando-os ao serviço exclusivo do punhado de famílias e multinacionais que passarão a governar o mundo destituído de suas centralidades nacionais anteriores. Essa ideologia transformar-se-á no mantra das burguesias mundiais, em especial das classes proprietárias do mundo neocolonial, aliadas às do centro imperialistas na construção dessa nova ordem. A sua *lebensraum* agora é o mundo todo.

Aliada à regressão sociocultural, ideológica e dos costumes emergirão, ao lado da neodemocracia neoliberal (restringida por força da necessária destruição democrática movida pelo novo capital), formas radicais de antidemocracia (que flertarão com o neofascismo) e novos personagens burgueses a compor a nova camada social, nova categoria ideológica e social de *cafajestes delinquentes*, cujas expressões maiores serão Steve Bannon, Casaleggio, Berlusconi, Trump e Bolsonaro<sup>33</sup>. Daí o processo da

---

<sup>33</sup> Aaron James (2012) os definirá como *assholes*, livremente traduzido como cafajeste. Ver também: Empoli (2020).



revolução na contrarrevolução realizar-se como ação de dois irmãos *xipófagos*, processos simultâneos, solidários e contraditórios, amigos e inimigos (Soros, 2000), concorrentes e aliados, proto-emancipatórios e obscurantistas. Essa desconcertante unidade de contrários constitui sério obstáculo à intelecção do processo e à própria estabilização capitalista.

Duas revoluções se acotovelam, contraditoriamente unidas, na transformação capitalista do capitalismo. A *revolução antidemocrática radical da ultradireita* e a *revolução antidemocrática conservadora do novo capital financeiro*, ambas votando adesão ao neoliberalismo, sob a mesma bandeira teórica. No caso brasileiro, os dois braços da revolução da contrarrevolução. O novo capital financeiro arrasta as já existentes e estabilizadas frações burguesas e capitalistas a ele coligadas sob a égide da fé neocolonial radical. Por sua vez, novas frações burguesas e capitalistas, fora da constelação financeira dominante, cuja ascensão julgam ameaçada pela poderosa coligação hegemônica, se expressam através da ultradireita. Ambos os blocos revolucionários embarcam unidos na aventura golpista de 2016, mas as contradições imanentes a esta soldagem oportunista serão responsáveis pela dissolução do contubérnio, hoje observada. A revolução da ultradireita, para Bannon, exige ser mundializada (Empoli, 2020) a do capital financeiro já é universal. Só falta os comunistas se decidirem a unificar suas forças mundiais e ousarem proclamar ao mundo os anúncios de uma nova era de igualdade, fraternidade e liberdade entre os povos e nações, uma revolução de salvação planetária, dado o colapso da reprodução mundial do capital com a exacerbação neoliberal de sua crise estrutural.

A revolução do capital financeiro quer o desmanche do Estado e da nação, portanto, por advogar o império das razões neoliberais do lucro, dos padrões multinacionais maiores e seu Estado imperial. A revolução neoliberal da ultradireita quer a liquidação do Estado e da nação pelas razões da fé cristã em sua vertente pentecostal mundialmente empenhada em cruzada reevangelizadora, da anticiência, da mentira, do engano e da violência abertas, da plena liberdade para a predação ilimitada da força produtiva, dos povos indígenas e dos recursos naturais sob proteção nacional e mundial. Estão unidas no afã de destruir o Estado e reduzir a democracia, em graus diversos, ao mínimo necessário para sua regência autocrática. Igualmente no ódio ao povo, sua conquista e sua democracia, assim como ao controle estatal sacramentado na Constituição de 1988. As ordens autocráticas (imperial, multinacional, financeira, midiática, militar, eclesiástica e miliciana), por sua vez, disputam entre si o poder e a primazia, pois ao não serem,



nenhuma delas, democráticas, o grau de retrocesso impresso nas suas razões é distinto. Todas solidárias nos desígnios evidentes de destruição estatal, nacional e democrática declaradas, tem forças relativas bem diferenciadas e alto grau de letalidade em sua ação conjunta. Tão mais alto quanto menos conscientes, organizadas e unidas as forças populares. O polvo revolucionário atua conjuntamente e contra si mesmo, em seus vários braços. Soros (2000) reconhece ser o momento histórico “*revolucionário, coisa que não se via desde a dissolução do império soviético*” (Cucolo, 2021). O Departamento de Estado dos EUA, de seu lado, usa o polvo autocrático de todos os modos possíveis, definitivamente é potente força de comando da revolução da contrarrevolução.

O partido militar atua em ambos os campos revolucionários, garante de ambos os retrocessos<sup>34</sup>. Ambos os campos revolucionários atuam no sentido de impor a exclusividade do controle do capital sobre a reprodução social. Para isso se exige a destruição do Estado (e da nação, portanto) e o descontrole sobre o capital. Mas há contradições insolúveis entre ambas as ordens do descontrole. A revolução neoliberal do capital financeiro tem pauta mundial, tal como a defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, da democracia (por mais que a restrinja), da carta constitucional, i.e., se mantém em marcos civilizatórios mínimos, de uma barbárie civilizada, digamos. Ao passo que a homóloga da ultradireita, dos *capitais bandeirantes* (cuja sanha escravocrata é inconteste) não tem compromissos civilizatórios modernos, digamos, expressa barbárie nua e crua, radical.

Condenados os espaços coloniais à sua posterior condição neocolonial secularmente estável, estes conformarão um tipo particular, inédito, de sociedade do e para o capital, na qual a contrarrevolução constituirá a expressão imanente de sua reprodução histórica. Somente se manterão neocoloniais por meio do exercício permanente da contrarrevolução garantidora desse estatuto de alienação nacional crônica. Daí podermos dizer que estamos em um *espaço particular das revoluções burguesas conservadoras, a evoluir conservando o status de subordinação nacional neocolonial, de capitalismo da miséria*, apêndices neocoloniais das sucessivas potências dos capitais mundialmente dominantes, a começar pelo

---

<sup>34</sup> Vide Opiniões do Coronel aposentado Marcelo Pimentel Jorge de Souza sobre o Partido Militar e sua influência. Vide Teodoro, Plínio “*Bolsonaro foi criado pelo Partido Militar que está no poder, diz coronel crítico à politização*” (TEODORO,2021); Marcelo Pimentel Jorge de Souza “*A palavra convence e o exemplo arrasta*”(SOUZA, 2021).



metropolitano lusíada, por sua vez vassalizado pela Inglaterra desde o século XVII. Por sua vez, como vimos anteriormente, a expressão ideológica central da contrarrevolução mundial passará por vários estágios e, após a Revolução Russa de 1917, consolidar-se-á o anticomunismo até os dias atuais.

No mundo neocolonial sob a égide do novo capital financeiro contemporâneo, a desindustrialização estará no centro do processo neocolonial, aliado a um ainda mais profundo retrocesso sócio histórico, com incremento exponencial da subordinação nacional desses países. Surpreendentemente, na maioria dos países neocoloniais, a burguesia e seus estratos superiores reivindicarão o status revolucionário de seus propósitos dentro do paradigma iluminista – uma impensável desindustrialização revolucionária –, ao passo que as classes não capitalistas abraçarão uma timidez reformista defensiva em tudo conducente ao fracasso das lutas populares e conseqüente desmanche de suas conquistas socioeconômicas alcançadas em décadas de árdua luta. Esse é o caso específico do Brasil, onde o desmanche caminhou e caminha célere e profundo, sem que se ofereça a ele qualquer séria resposta popular contrária.

Para algumas das principais lideranças brasileiras da esquerda democrática conservadora da ordem, a nova teoria da via de saída desse novo fracasso histórico dá uma pirueta dialética e passa agora a ser vista por elas como sendo o que elas denominam de *revolução social* (Dirceu, 2018), em substituição à lógica formal do reformismo até então abraçado, cuja proposta de transformação não escapou da lógica formal, incremental. Em certa medida, neste movimento pendular, repete-se o dilema do fracasso do ciclo de reformas do pré-1964, que tratamos no primeiro item deste artigo, ocasião em que a contrarrevolução engata a sua marcha até hoje não interrompida. Os jovens revolucionários de então – os atuais líderes da esquerda da ordem –, então guiados por velhos revolucionários desiludidos com o fracasso da via incremental, em sua maioria, abraçarão o salto dialético inspirados na Revolução Cubana e, de armas na mão, procederão ao fracassado intento de reversão da ordem ditatorial da contrarrevolução, abraçados a nova ideologia socialista revolucionária.

Em grande medida, o desmanche e liquidação física das forças armadas da democracia radical pela ação repressora das Forças Armadas – desde então braço policial da ditadura, do anticomunismo e do imperialismo – abriu caminho para a predominância liberal na assim chamada abertura democrática, que consegue fazer viger uma certa democracia política



conservadora no corpo do projeto econômico contrarrevolucionário até ontem intocado e agora substantivamente aprofundado.

O grande e maior partido popular da reforma incremental, o PT, em consonância com seu postulado lógico formal, ousou supor reverter por dentro a ordem econômica contrarrevolucionária, sem, contudo, ousar liquidar os fundamentos materiais da ordem do capital, a funcionar para a revolução neoliberal posta em marcha desde 1964. O grande fracasso que se sucederá e no qual o país ainda se encontra imerso, irá desmanchar em poucos anos as décadas de conquistas socioeconômicas da assim chamada transição democrática. De modo que estamos novamente a braços com a tentativa de gestar o processo de um novo salto dialético, versão segunda, comandado pelos mesmos ex-jovens revolucionários da antiga democracia radical, agorinha mesmo desencarnados de sua imediata opção reformista anterior, incremental e democrática conservadora e vestidos de verdes uniformes de campanha. Bom alertarmos ser esta uma realidade brasileira, onde vigoram a um só tempo a contrarrevolução econômica iniciada em 1964 e a revolução capitalista da contrarrevolução de matriz neoliberal radical da ultradireita. O mesmo não ocorre em Cuba, na Venezuela ou Bolívia e em muitos países da América Latina onde ainda sobrevivem as forças da democracia radical.

Mesmo nos EUA, a regressão sociopolítica não conseguiu se impor plenamente, graças à fracassada reeleição de Trump, embora o bloco político do cafajestismo delinquente seja tremendamente expressivo, a prometer uma era plena de sérias incógnitas políticas (Chomsky, 2021). O avanço produtivo da revolução microeletrônica se prepara para abandonar a regressão sociopolítica e abraçar uma versão do *New Deal*, capaz de relançar o capitalismo estadunidense e esmaecer as grandes contradições socioeconômicas impostas pelo neoliberalismo trumpista. Os rápidos zigzagues desta era de transição – e a Bolívia é um caso emblemático, mas não só, vide Equador, Chile ou México – bem evidenciam a aceleração do tempo histórico, a enervação do ritmo das transformações necessárias aos povos em confronto com aquelas exigidas pelos monopólios.

Ocorre estarmos novamente às voltas com a questão vital não resolvida da história das revoluções burguesas no mundo ex-colonial, dos capitalismo da miséria, das sociedades condenadas de nascença a serem eternos campos de caça do capital mundial. Inicialmente das metrópoles ibéricas europeias – Portugal e Espanha – e, depois, sucessivamente de outros países europeus, à medida que o poder econômico e político migrava



de uma potência do capital a outra, até cristalizar-se o incontestado predomínio da ainda insuperada potência norte-americana em vias de ser suplantada pela China. Estamos ainda às voltas com o velho tema da revolução democrática radical, questão desde sempre condenada e para sempre desdenhada e preterida pelas burguesias neocoloniais e seus teóricos (Lima Filho, 1999). Revolução que promova a real independência socioeconômica das nações neocoloniais, que conquiste e mantenha a plena cidadania do trabalho frente ao capital, revolução que será necessariamente anticapitalista. Revoluções a um só tempo *contra os capitalismos da miséria e suas revoluções burguesas conservadoras* - que perpetuam a miséria e a subordinação – assim como *contra o capitalismo histórico em sua forma mais avançada* e sua sede contemporânea predadora de nações, biomas, solo e subsolo, dos trabalhadores miserabilizados e abandonados à sua sorte pela falácia do Estado mínimo para a massa do povo e máximo para a reprodução exclusiva do capital.

Esse duplo caráter anticapitalista confere a ela sua extrema complexidade. A um tempo a transcorrer sob a égide do capital sendo, portanto, uma *revolução nos marcos da transformação burguesa* – pois impossível abolir a relação capital por decreto – porém, em simultâneo, a exigir o *máximo controle possível sobre ela e contra ela*, para que funcione para a massa da população, em especial para os trabalhadores e deserdados da ordem em geral, sendo, pois, uma *revolução proletária e popular, ou seja, uma revolução anti-capital, uma revolução, comunista*, também impossível de ser finalizada por decreto.

Eis o seu segredo. A revolução democrática radical, no mundo neocolonial de matriz ex-colonial, se desenrola sob a dialética dessa dupla bandeira, a um só tempo contraditória e complementar. A depender das forças sociais em disputa em ambos os campos, elas marcham mais céleres ou estancam, avançam ou regridem, vingam ou fracassam. É uma possibilidade presente em todas elas, sem exceção. Da Revolução Russa à Cubana, da Boliviana à Venezuelana. Quando não ousam ir contra o capital, quando permanecem no âmbito de suas determinações e controle por parte das classes proprietárias ou burocracias partidário-estatais revolucionárias, quando se limitam a ousar avançar por via da esgrima incremental, então se autocondenam à morte anunciada e desvelam ao longo das décadas o espetáculo da tragédia dos supremos esforços coletivos do povo, do seu desmanche inglório, sistemático, inevitável.



As revoluções democráticas radicais nos espaços neocoloniais das ex-colônias ou das revoluções burguesas conservadoras europeias possuem, pois, duplo caráter anticapitalista, duas faces indissociáveis, complementares e contraditórias. Um anticapitalismo relativo à sua particularidade, ao caráter das revoluções burguesas conservadoras, às suas iniquidades antiproletárias, antipopulares, antidemocráticas, belicistas, imperialistas e antinacionais - como foi o caso da Itália, Alemanha, Japão, países balcânicos, Polônia e Rússia, assim como de todos, sem exceção, os países ex-coloniais (com exceção de Cuba, Venezuela ou Bolívia contemporaneamente). Um outro anticapitalismo relativo ao máximo controle possível do capital necessário ao encaminhamento da solução dos problemas seculares da maioria trabalhadora, processo sob o controle crescente dela própria, assim como do capitalismo em sua forma história genérica, universal, contemporânea. Dois anticapitalismos, um relativo à revolução burguesa radical e seus objetivos - *máxima reprodução expandida do capital* em prol da conquista da soberania política e econômica da nação, sem mais os entraves imperialistas, i.e., neocoloniais; outro, anticapitalismo vinculado à revolução comunista, à *necessidade de superar o capital*, de emancipar-se dele. Um, voltado à emancipação nacional; outro, à plena emancipação dos trabalhadores.

Sob o império dessa polaridade entre a revolução democrática radical e a revolução comunista, tais revoluções podem oscilar entre realizar-se seja como revolução democrática radical incompleta ou como comunista incompleta, salvo todas as demais possibilidades de interação dialética entre essas incompletudes. O diapasão dessas interações espalha-se em vasto espectro histórico, indo de Estados socialistas tais como o da Romênia de Ceucescu à Rússia de Brejnev e Gorbatchov, da China a Moçambique e Angola, da Coreia do Norte ao Vietnam.

Daí podermos afirmar ser a tal *sociedade socialista* proclamada pela teoria oficial marxista-leninista como sentido das revoluções políticas proletárias nada mais nada menos que uma especial *forma híbrida de sociedade do capital* ajustada a seus múltiplos e contraditórios objetivos, ou seja, das classes e camadas que os representam, a oscilar entre a necessária permanência do capital e a necessidade de superá-lo, entre a emancipação nacional e a emancipação plena do trabalhador<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Engels, em 1853, previra a inevitabilidade da ocorrência de revoluções prematuras e suas possíveis trágicas consequências. Para enfrentar tal situação, havia que resolver teoricamente essa questão, coisa que não ocorreu e que tanto afligiu e ainda



Assim sendo, há dois modos de escapar às revoluções burguesas conservadoras para conquistar a plena emancipação nacional: a revolução democrática radical anticapitalista e a sua antítese antidemocrática radical, ou contrarrevolução capitalista. O primeiro, liderado pelos partidos populares anticapitalistas, em geral sob forte influência socialista e

---

aflige os revolucionários dos séculos XX e XXI. "É muito bom que desta vez o nosso partido aja em condições completamente diferentes. Todas aquelas bobagens socialistas que em 1848 ainda tinham que ser defendidas contra os democratas puros e republicanos do sul da Alemanha, as idéias absurdas de Louis Blanc, etc., além disso, mesmo aquelas coisas que fomos forçados a propor a fim de encontrar pontos de referência para nossos pontos de vista na situação confusa da Alemanha - tudo isso agora será defendido por nossos adversários - Srs. Ruge, Heinzen, Kinkel e outros. As pré-condições para a revolução proletária, medidas que nos preparam e abrem caminho - como uma única república indivisível, etc. - são coisas que tínhamos então de defender contra pessoas que em virtude de sua vocação natural normal, deveriam tê-los realizado, ou pelo menos exigido - tudo isso já está reconhecido, esses senhores aprenderam tudo isso. Desta vez, poderemos começar desde o Manifesto \*, graças em particular também ao processo de Colônia, no qual o comunismo alemão (especialmente na pessoa de Roser) foi aprovado no exame de admissão. Tudo isso, é claro, se aplica apenas à teoria; na prática, como sempre, teremos de nos limitar a exigir, antes de mais nada, medidas decisivas e absoluta implacabilidade. E é aí que reside o problema. Parece-me que uma bela manhã nosso partido, devido ao desamparo e letargia de todos os outros partidos, terá que tomar o poder para finalmente realizar tais coisas que não atendem diretamente aos nossos interesses, mas aos interesses do general revolucionário e especificamente pequeno-burguês; Neste caso, sob a pressão das massas proletárias, vinculadas às suas, em certa medida falsamente interpretadas e apresentadas na eclosão da luta partidária, declarações e planos impressos, seremos obrigados a realizar experiências comunistas e fazer saltos, que nós próprios sabemos muito bem como são inoportunos. Ao fazer isso, vamos perder cabeças - esperançosamente apenas no sentido físico - haverá uma reação e antes que o mundo seja capaz de dar uma avaliação histórica de tais eventos, seremos considerados não apenas monstros, dos quais não daríamos a mínima, mas também tolos, o que é muito pior ... *É difícil imaginar outra perspectiva. Num país tão atrasado como a Alemanha, no qual existe um partido avançado e que é arrastado para uma revolução avançada junto com um país tão avançado como a França, no primeiro conflito sério, assim que um perigo real ameaçar, será a vez de esse partido avançado agir, e isso seria, de qualquer modo, prematuro.* No entanto, tudo isso não é importante, e o melhor que se pode fazer é preparar com antecedência em nossa literatura partidária uma justificativa histórica para o nosso partido, caso isso realmente aconteça. No entanto, nosso desempenho no palco histórico em geral agora será muito mais impressionante do que da última vez" (Engels, 1965, pp. 485-493, grifos nossos).



comunista, inventou a tal revolução socialista. O segundo modo, em geral liderado por partidos pró-capitalismo, inventou o fascismo, o nazismo e correlatos. Assim é que as chamadas revoluções socialistas não passam de serem revoluções democráticas radicais duplamente anticapitalistas, porém incapazes conceberem e, conseqüentemente, de superarem a relação capital, embora perfeitamente capazes de alcançar a emancipação nacional, e formas próximas da plena cidadania social, ideológica, política do trabalhador nessa sociedade do capital. Entretanto, há forças da conservação muito poderosas nessa transição, *de fato uma transição comunista*. As revoluções democráticas radicais duplamente anticapitalistas do século XX e contemporâneas, não passam de ser formas de sociedades do capital em transito à emancipação econômica dos trabalhadores – em geral apropriam-se dessas revoluções, e ao assim fazê-lo bloqueiam e desmancham a possibilidade histórica de realização da emancipação econômica dos trabalhadores, em geral estrangendo o grau de emancipação destes nas demais esferas - social, política e ideológica. Ao assim operarem, essas forças conservadoras, de fato, mesmo sem o quererem, estão consolidando e expandindo nessas revoluções a força social do capital, pavimentando, objetivamente, a regressão capitalista desses países. As três principais forças de conservação, na experiência histórica dessas revoluções, tem sido (além das classes proprietárias) o imperialismo, o(s) partido(s) e o Estado da revolução sob o controle deste(s), a(s) igreja(s), em geral sustentáculos do regime pré-revolucionário.

Torna-se evidente que o conceito de revolução socialista, de fato, mascara o processo transitivo, ao lançar sobre ele certa luz imutável, divina, da supostamente consagrada teoria socialista, i.e., do infalível pressuposto teórico garantidor do infalível compromisso emancipatório. Na realidade, a sociedade socialista não passa de ser uma *fase transitiva da revolução democrática radical no sentido da emancipação econômica dos trabalhadores*, cujo diapasão é de *larguíssimo espectro*, indo desde ditaduras altamente repressivas, anti-emancipação dos trabalhadores e economias incapazes de escapar à sina da subordinação, até democracias populares com alto desempenho no processo da emancipação.

### **3.4. Notas contemporâneas: estado de sítio ou a estratégia do cupim**

Vivemos um estado de sítio, semelhante àquele vigente desde 1961, após o ultimato militar contra a posse de Jango. Das lideranças maiores daquele então, somente Brizola entendeu o sentido do golpe adiado. Hoje



não me parece que a situação seja mais bem compreendida, ao contrário, digamos, muito menos hoje, dada a falência teórica grassante nas hostes democráticas.

Brizola convoca o povo e congrega apoios institucionais, comando local do exército em primeiro lugar. A *cadeia da legalidade* transforma o veto militar em acordo mediado pelo congresso – instaurado o parlamentarismo – e, este, desfeito logo mais pelo plebiscito sobre forma de governo, que conferiu vitória esmagadora ao sistema presidencialista (Bandeira, 1983). Porém, o estado de sítio, sendo forma estrutural da conjuntura, do golpe adiado, não se desfaz. Um ato de ousadia inesperado, desfechado pelo general Mourão (esses Mourões...) fez demolir o castelo de cartas que sustentava o governo.

A máquina do golpe, metodicamente construída pelo Departamento de Estado dos EUA, generais e empresários brasileiros e seus aliados monopolistas, banqueiros e fazendeiros, a velha pequena burguesia neocolonial e seus modernos rebrotes, rapidamente dominou a cena *após* o desfecho do golpe. Suas vertebranças foram, então, conquistando as instituições sob as asas do novo poder contrarrevolucionário.

Desta vez, a revoada ao centro do poder executivo é o primeiro ato do pontificado de Jambol, seguida do cerco e conquista de posições vitais nos demais poderes, conformando a estratégia do cupim, revoada e ocupação do território, construção do murundu<sup>36</sup>.

A rainha da revoada invasora é Jambol. Sabemos, contudo, que o coletivo de térmitas pode decidir substituí-lo assim que lhe convenha. As térmitas são nossas forças armadas.

Não há para as térmitas outra estratégia que não seja a de criar, o quanto antes, o seu itacuru, de tal forma a dominar todo o espaço, todas as reentrâncias. O sentido da revoada é a dominação do espaço conquistado, a construção do itapecuim, a deglutição de matéria viva ou morta, sobre a qual pousou.

Assim, o bloco jambólico vai criando sua teia de poder nas instituições, suas posições estratégicas conquistadas. O Executivo avança sobre a polícia e judiciário, sobre a educação e a cultura, sobre os meios de desinformação, sobre o congresso e as forças armadas. Conquista maioria no congresso, o Centrão passa a apoiá-lo.

---

<sup>36</sup> Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU (LIS, 2020).



Basicamente, o Centrão representa as forças de apoio da última ditadura, finada em 1985. Estará com o governo, com ele ou sem ele, haja o que houver, desde que lhe interesse, fisiológico que é.

Rachado, no Congresso emerge outro bloco de direita, direita democrática. Amplia-se, assim, o bloco democrático, agora em leque, da esquerda à direita, cuja postura é defensiva. Direita e esquerda, contrários à ultradireita política, em versões neoliberais diferentes.

### **Síntese: de sucuris e cupins. À espera do tamanduá.**

O golpe já foi dado e passou por várias etapas. Tudo o que virá depois serão seus desdobramentos. A estratégia de cerco e assédio permanente começa com o desmonte do PT. A partir daí, em movimentos sucessivos, a constrição da sucuri irá esmagando a presa. A revoada do cupim é o ato de tomada do poder político. Daí em diante a rainha e as térmitas passarão a ocupar e corroer o Estado e destruir a nação.

### **Referências**

- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ARANTES, P. E. **O Novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BACCHI, S. **La Crisis final del capitalismo**. El hombre y la máquina. Santiago: Ernesto Carmona Editor, 2008.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, 6ª edição.
- BUKHARIN, N. **A Economia mundial e o imperialismo**. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950, **Economia Ensaios**, v. 30, p. 7-34, 2015.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo, formação econômica russa e Revolução de 1917, **Revista Novos Rumos**, v. 56, p. 1, 2019.



- CAMPOS, F. A. **Introdução à formação econômica do Brasil**: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília--SP: Lutas Anticapital, 2020.
- CAMPOS, F. A. "Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira" In: CAMPOS, F. A.; MACEDO, F. C.; VIEIRA, C. A. C.; MARIUTTI, E. B.; MIRANDA, H.; FIX, M. A. B. **Imperialismo, subdesenvolvimento e território**: dimensões teóricas, históricas e empíricas (Orgs.) Curitiba: CRV; Campinas-SP: IE/Unicamp, 2021.
- CAMPOS, R. **Ensaio de história econômica e sociológica**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.
- CAMPOS, R. "Arrancada e Colapso". In: SIMONSEN, R.; CAMPOS, R. **A Nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- CHOMSKY, N. "Protests Unleashed by Murder of George Floyd Exceed All in US History - Interview", **Truthout**, May 7, 2021.
- CUCOLO, E. "Em livro, Soros defende sociedade aberta contra autocratas e redes sociais". **Folha de São Paulo**, 17/07/2021.
- DIRCEU, J. **Memórias**. São Paulo: Geração Editorial, v.1, 2018.
- DOBB, M. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.
- DREIFUSS, R. 1964: **A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, R. **A Internacional capitalista**: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- EMPOLI, G. **Os Engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020
- ENGELS, F. "Carta 42 - Engels - Weidemeyer, 12 DE abril de 1853, Manchester, 12 de abril de 1853" In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Completas**. 2.ed. Moscou, 1965.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.
- FLORENZANO, M. **As Revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- FURTADO, C. **A Pré-Revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.



- GENNARI, A. M. **A Lógica da subordinação, aspectos do conservantismo brasileiro**: As ideias de Roberto de Oliveira Campos. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- GENNARI, A. M. **Réquiem ao capitalismo nacional**: Lei de Remessas de Lucros no Governo Goulart. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- GRANDIN, G. **The Last colonial massacre**: Latin America in the Cold War. Chicago: University of Chicago Press. 2004.
- GRANDIN, G. **Empire's Workshop**: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism. Macmillan. 2007.
- HAMILTON, A. **Papers on public credit, commerce and finance**. Columbia University Press, 1934.
- HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- HILL, C. **A Revolução inglesa de 1640**. 2.ed. Porto: Presença, 1981.
- HILL, C. **O Mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- HILTON, R. (Org.) **A Transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. 7.ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, O. **A Ideia de Brasil moderno**. 2. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- INTERCEPT**. Militares pedem mais dinheiro para defesa em novo plano que ameaça paz na América do Sul <https://theintercept.com/2020/07/31/militares-plano-defesa-ameaca-paz-america-sul/>. 31 jul. 2020.
- JAMES, A. **Assholes**: a theory. New York: Doubleday, 2012.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
- LIMA FILHO, P. A. A Emergência do novo capital In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.) **Desafios da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- LIMA FILHO, P. A. **Os Cavaleiros da tétrica neblina**. Capitalismo e soberania no mundo ex-colonial: caso do Brasil. São Paulo, mimeo., cap.1, 1999.



- LIMA FILHO, P. A. "O Desmonte da nação ou a revolução da contrarrevolução". **IELA**, <https://iela.ufsc.br/noticia/o-desmonte-da-nacao-ou-revolucao-da-contrarrevolucao> acesso em 30/03/2016.
- LIMA FILHO, P. A. **Pensando com Marx I**. Marília: Lutas anticapital; São Paulo: Aramarani, 2018.
- LIS, L. "Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU". **G1**, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>. 17 jul. 2020.
- LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, G. **A Destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- MAYER, A. **Dinâmica da contrarrevolução na Europa, 1870-1956**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARCUSE, H. **O Homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARCUSE, H. "Prólogo" In: MARX, K. **Os 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARCUSE, H. **Contrarrevolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARQUES, L. "O Colapso socioambiental não é um evento, é o processo em curso", **Revista Rosa**, n.1, 2020.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1999.
- MARX, K. **As Lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. "A Guerra civil na França (1871)" In: MARX, K. **A Revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, v.2, 2008.



- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; DANIELSON, N. F.; ENGELS, F. **Correspondência 1868-1895**. México: Siglo XXI Editores, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MENEGAT, M. **A Crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MILLS, C. W. **A Elite do poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- NETO, M. D. "O amparo militar a Bolsonaro". **A Terra é redonda**, <https://aterraeredonda.com.br/o-amparo-militar-a-bolsonaro> acesso 24/08/2021.
- NETTO, J. P. "Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista". In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR**. "Realidade cruel, desemprego e fome atingem o Brasil", <https://observatorio3setor.org.br/noticias/realidade-cruel-desemprego-e-fome-atingem-o-brasil/> acesso em 23/08/2021.
- OLIVEIRA, F. **Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. M. **História do Pensamento Econômico**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil**: outro mundo é preciso outro Brasil é necessário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- PEREIRA, J. M. M. **O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PERICÁS, L. B. (Org.) **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- POLESE, P. **Machismo, racismo, capitalismo identitário**: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade. São Paulo: Hedra, 2020.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.



- PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- PRADO Jr., C. **A Revolução brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODRIGUES, L. M. "Sindicalismo e Classe Operária 1930-1964" In: GOMES, A. M. C. (Org.) **O Brasil republicano: sociedade e política**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (História Geral de Civilização Brasileira; t.3, v.3), v.10, 1996.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. "Os Impasses da formação nacional", In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. (Org.) **Os Clássicos da revolução brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. **Crônica de uma crise anunciada**. Crítica da economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SÈVE, L. **Commencer par les fins: la nouvelle question communiste**. Paris: La Dispute, 1999.
- SÈVE, L. **"Le communisme?"** Première partie. Paris: La Dispute, v.4, ch.2, 2019.
- SILVA, L. I. O que pretende o PT com o Plano Nacional de Reconstrução e transformação do Brasil. São Paulo: **Brasil de Fato**. <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/21/o-que-pretende-o-pt-com-o-plano-nacional-de-reconstrucao-e-transformacao-do-brasil> acesso 24/08/2021.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. O. **A Nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- SINGER, P. **A Crise do Milagre**, interpretação crítica da economia brasileira. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOBOUL, A. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Difel, 1974.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à Revolução Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



- SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SODRÉ, N. W. **Brasil**: radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SOROS, G. **Open society**. Reforming global capitalism reconsidered. New York: Little, Brown, 2000.
- SOUZA, M.P.J. "A palavra convence e o exemplo arrasta". **Revista Interesse Nacional**, <http://interessenacional.com.br/2021/06/21/a-palavra-convence-e-o-exemplo-arrasta/>. 2021.
- TEODORO, P. "Bolsonaro foi criado pelo "Partido Militar", que está no poder, diz coronel crítico à politização". **Fórum**, <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-foi-criado-pelo-partido-militar-que-esta-no-poder-diz-coronel-critico-a-politizacao/>. 08 jun. 2021.
- TITELMAN, N. "A nova esquerda chilena", **Nueva Sociedad**, n. 2019, dezembro 2019.
- UOL**. "Exército simulou guerra entre países da Amazônia e gastou R\$ 6 mi", <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/10/14/exercito-simulacao-guerra-amazonia-venezuela-jornal.htm>>. acesso 24/08/2021.
- VIEIRA, C. A. C.; CAMPOS, F. A. "Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré" In: CAMPOS, F. A.; MACEDO, F. C.; VIEIRA, C. A. C.; MARIUTTI, E. B.; MIRANDA, H.; FIX, M. A. B. **Imperialismo, subdesenvolvimento e território**: dimensões teóricas, históricas e empíricas (Orgs.) Curitiba: CRV, 2021.
- WALLERSTEIN, I. **O Sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, v.1, 1974.

*Recebido em 15 ago. 2021 | aceite em 25 ago. 2021.*

